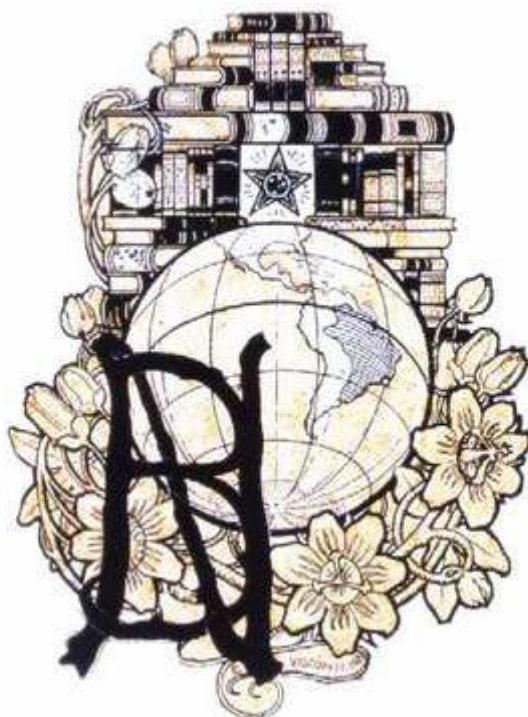


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2010

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Gabriel da Matta



Livros escolares no Brasil durante os anos finais do Império e início da República (1870-1910)

2010

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão à Professora Sônia Monnerat, que me ajudou a desenvolver o projeto desta pesquisa, à Eliane Perez, sempre prestativa, atendendo às dúvidas e recebendo os relatórios bimestrais e à Biblioteca Nacional, pela oportunidade de crescimento que me proporcionou durante os últimos doze meses.

RESUMO

A vida escolar do Aluno do século XXI em regra passa pelo livro didático, onde se encontram, muitas vezes, uma seleção de textos a serem utilizados durante o ano letivo. No século XIX, esta prática era menos comum, por causa da inexistência ou da existência parca de gráficas e de legislações organizadoras para o Ensino. Foi a partir da década de setenta do século XIX que esta situação começou a se modificar. Devido a alguns fatores, um número considerável de obras começou a surgir e as escolas puderam ter o livro como aliado para o ensino. Dentre os livros publicados, interessam-nos neste trabalho os livros destinados ao ensino de Leitura: são obras que apresentam textos diversos, de assuntos e formatos diversos, dos mais variados autores, todos com o intuito de ensinar a ler e de instruir a partir da leitura. As questões que este trabalho levanta e tenta responder são: quem eram os autores destes livros; que textos eram apresentados às crianças; o que estes textos buscavam ensinar e como buscavam ensinar; quais eram os pensamentos balizadores do ensino de leitura e que escritores e gêneros textuais eram mais recorrentes nas obras. Nosso recorte temporal restringirá a análise a obras publicadas entre os anos setenta do século XIX e os anos dez do século XX; este foi um período de grandes mudanças em relação à publicação de livros, mudanças sociais e políticas e, enfim, culturais. O objetivo final é fazer com que os livros analisados possam reler a memória do ensino no Brasil e ajudar o século XXI a partir do conhecimento dos estudiosos da época; ou seja, tentaremos levantar a questão: qual é o legado deixado pelos livros de ensino de leitura dos anos finais do Império e iniciais da República para o século XXI?

PALAVRAS-CHAVE

Livro, Leitura, Ensino, Império, República

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 06
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX	p. 08
CAPÍTULO II – AS ORIGENS DOS LIVROS DE LEITURA NO BRASIL	p. 13
CAPÍTULO III – O MÉTODO ABÍLIO E SIMILARES	p. 19
CAPÍTULO IV – LEITURAS MORAIS, LEITURAS INSTRUTIVAS	p. 27
CAPÍTULO V – AS COLETÂNEAS LITERÁRIAS	p. 32
CAPÍTULO VI – LITERATURA INFANTIL AUTORAL	p. 46
CAPÍTULO VII – AS COLEÇÕES DE FIGUEIREDO PIMENTEL	p. 55
CAPÍTULO VIII – CÂNONE E GÊNERO LITERÁRIO	p. 61
CONCLUSÃO	p. 65
REFERÊNCIAS	P. 66

INTRODUÇÃO

Enquanto atividade subjetiva, que requer do leitor a formação de sentidos, a leitura e, a partir dela, as atividades para a formação de leitores, nunca foram consenso na sociedade brasileira. Desde os primeiros manuais de leitura, que remontam ao início do século XIX, às coleções distribuídas em bibliotecas e escolas públicas no século XXI, as diretrizes em que se baseia o ensino da leitura são bastante variadas. Tendo em vista essa variedade de pensamentos, incitamo-nos a investigar um momento de grande produção bibliográfica de material didático e de surgimento de uma literatura infantil brasileira: o entresséculos XIX e XX. Para tanto, a pesquisa que ora realizamos tem como objetivo fazer um levantamento de obras criadas por educadores ou escritores nos anos finais do Império e iniciais da República, que visem atender a um público infantil e juvenil escolar ou não escolar e nos ajudem a entender como a leitura era pensada à época. Desse modo, poderemos traçar um panorama dos pensamentos relativos ao ensino da leitura recorrentes nesse período, além de resgatar a história de obras, textos e autores indicados para tal público.

Durante os dois primeiros meses de pesquisa, foram desenvolvidas atividades de investigação da bibliografia pré-selecionada. Na investigação, as obras foram ordenadas segundo os propósitos da pesquisa. Desse modo, foram recolhidos, no corpo dos livros, testemunhos de terceiros a título de propaganda; pareceres do poder público autorizando a publicação e o apoio financeiro às mesmas; prefácios e apresentações, escritos pelos autores ou por outros. Além disso, foram recolhidos os títulos dos textos que compõem os livros, bem como seus autores, no caso de antologias. Foram apanhados também alguns dos textos de leitura para posterior análise. Com o material registrado, foi possível classificar as obras segundo os critérios propostos e responder a algumas questões, como: a quem cada obra está destinada? qual é o pensamento norteador da promoção da leitura realizada pelos autores dos compêndios? as obras atendem a pressupostos éticos ou estéticos? quais os temas, os autores, o que as obras buscam ensinar? Todos esses questionamentos transformaram-se em respostas, portanto, no decorrer do estudo.

Foram excluídos das investigações livros de leitura elementar, ou seja, cartilhas de ensino da decodificação dos signos linguísticos utilizadas nas séries iniciais. As atenções, portanto, voltaram-se para os livros produzidos para alunos já alfabetizados. Ou seja, livros criados para o aprendizado da leitura corrente, da “boa leitura”, como definem alguns autores, e também

para o ensinamento de outros saberes a pretexto da leitura, bem como as antologias, que apresentam a literatura aos estudantes.

Estamos otimistas de que a pesquisa que ora se divulga pode servir de complemento aos estudos acerca da memória de leitura escolar no Brasil a incitar novos estudos, buscando, na prática, fazer com que estas obras, já esquecidas pela sociedade, possam ainda oferecer ao século XXI o conhecimento dos educadores do passado.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX

Enquanto governou o Brasil, D. Pedro II foi reconhecido por estar atrelado a questões culturais, promovendo o advento de uma identidade nacional à recém-criada nação independente. A partir dos anos cinquenta do século XIX, não são raros os momentos em que o Imperador atua de forma direta em projetos que visem “imprimir um 'nítido caráter brasileiro à nossa cultura” (Schwarcz. 1998. p.127). Tendo presidido mais de quinhentas sessões das reuniões do IHGB durante seu Império, D. Pedro I foi reconhecido pelo empenho em construir uma identidade nacional relacionada ao fortalecimento de um projeto monárquico, que incluía também a consolidação de uma estética Romântica – culminando no imaginário indianista como uma busca a um passado genuinamente brasileiro. Não obstante os esforços oferecidos pelo Imperador, em relação à educação propriamente dita, D. Pedro II parecia, segundo Schwarcz, concentrar seus esforços apenas no Colégio Pedro II, “o único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época. Com efeito, apesar de obrigatória, a instrução primária era insuficiente: as escolas, poucas, estavam quase todas centralizadas na corte” (op. Cit, p. 151).

Relatos de antigos filhos da Instrução brasileira do século XIX indicam que parecia ser mesmo esta a realidade do ensino, não apenas durante o segundo reinado como também durante a primeira república. Intelectuais não poupavam esforços para demonstrar a fragilidade das instituições de ensino, públicas e particulares, durante tais períodos. Gilberto Freyre, na célebre obra *Ordem e Progresso*, afirma que “o império preocupava-se quase amorosamente com o ensino embora não o da população, em geral: só o de uma parte dela, em particular” (Freyre. 1974, p. 165). Rui Barbosa, em seus notáveis pareceres sobre a educação, demonstrava interesse na realização de uma reforma que de fato modificasse as estruturas que regiam o ensino, estimulando o progresso científico e a “reconstituição de um caráter nacional”. Com sua inteligência e cultura, Barbosa fundamentava seus discursos em teorias filosóficas e sociais e reconhecia a ausência de um sistema de ensino competente no Brasil, afirmando, inclusive que este era “um país onde a educação não existe” (apud. Lourenço Filho. 1966, p. 144). Com essa postura, criticava, coerentemente, o que era então chamado de “ensino” e propunha graves reformas cujos objetivos eram “não (...) servir às

preocupações de partido, mas às do amor à pátria, à força e à grandeza da nação.” (op. cit, p.24). Dessa forma, “propõe um sistema público de educação, o mais amplo e perfeito. Deseja-o para que haja verdade política, regime de liberdade, compreensão cívica, formação profissional e riqueza geral” (op. cit., p.29). Certamente, palavras muito belas, na teoria. Na prática, entretanto, passam a ser comentários sobre a inexistência do implemento seja das ideias veiculadas nos pareceres de Barbosa, seja nos decretos de reforma do ensino, promulgadas ocasionalmente.

Após o Brasil tornar-se independente de Portugal, em 1822, caberia à nação recém-criada desenvolver uma Constituição própria, que atendesse às necessidades brasileiras nos âmbitos diversos em que ela deveria agir. Além disso, a atmosfera surgida com a nova nação abriria caminhos para a discussão de questões pertinentes ao Brasil enquanto nação independente, como a formação necessária de uma identidade nacional. A educação, pautada até então em rudimentos estruturais, passou a ter algum destaque, ainda que aparentemente apenas teórico. Já na Assembleia constituinte de 1823, D. Pedro assinava a necessidade de legislação para a instrução pública. Entretanto, a Reforma Couto Ferraz, em 1954, destacou-se por registrar o intento de suprir as infindas necessidades da Educação. Saviani (2006), informa que as principais críticas da reforma incidiam “sobre a insuficiência quantitativa, falta de preparo, parca remuneração e pouca dedicação dos professores” (Saviani. 2006, p.18). Críticas feitas posteriormente afirmam que, de fato, apenas teoricamente o decreto obteve efeito. Na prática, não havia fiscalização que garantisse o cumprimento das mesmas, ainda que a própria fiscalização tenha sido objeto da reforma. Quantitativamente, o número de instituições escolares cresceu durante as décadas de 60 e 80. Estima-se que em 1889 havia cerca de 7500 escolas primárias em todo o Brasil, particulares e públicas, frequentadas por cerca de 300.000 alunos (cf. Freyre. 1974, p.165).

O nascente mercado de livros didáticos mostrava, na década de setenta, não obstante os percalços enfrentados pela educação brasileira em relação a questões políticas, o inegável empenho dos profissionais da educação em desenvolver métodos eficazes nas diversas áreas do conhecimento escolar e corroborava o crescimento de instituições de ensino. A leitura era uma das questões de interesse dos professores. Na prática, a leitura deveria ser uma das primeiras e principais atividades escolares, permitindo ao estudante entrar em contato com todas as demais áreas de conhecimento. E deveria ser, também, tarefa do professor dos primeiros anos, pois que acompanha intimamente o aluno em seu desenvolvimento como

estudante e cidadão. Nas escolas, até então, não havia ainda distribuição de livros para as classes. Aprendia-se a ler em em cadernos muitas vezes manuscritos pelos professores, devido a falta de dispositivos que copiassem folhas. Livros, se não bastasse raros, eram em grande maioria traduções ou adaptações de histórias estrangeiras. Não havia casas editoriais com capacidade de atender ao mercado escolar. A tal “criação de uma memória genuinamente brasileira” certamente contribuiu para que esse cenário fosse modificado.

Cláudio da Costa Ribeiro, nascido em 1873, em depoimento registrado na obra de Gilberto Freyre, afirma que, tendo sido criado em Pernambuco, frequentara a escola de Mestre Landelino, situada na própria casa do mestre. Aprendia-se a ler em livros produzidos por Landelino. Posteriormente, o menino viria a frequentar o Ginásio Pernambucano. Esta situação mostra-se comum à época: as primeiras letras eram feitas em ambiente familiar ou em pequenas salas na casa do mestre ou em igrejas, apenas posteriormente ingressando a criança em um colégio. De forma diferente estudou José Ferreira de Novais, nascido em 1871. Tendo frequentado escolas primárias do interior da Paraíba, fazia a leitura do *Livro do Povo*, de Antônio Marques Rodrigues.

O decreto de Couto Ferraz atendia aos municípios da corte, mas também tinha peso também nas demais províncias, previa gratificação “aos professores ou quaisquer pessoas que compuserem compêndios ou livros para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adotados pelo governo” (Decreto 1331/1874, art. 56). De fato, muitos dos livros utilizados na época e posteriormente apresentavam em suas folhas de rosto o “aval” das autoridades, garantindo assim maior credibilidade a seu autor e, caso a lei tenha sido cumprida neste sentido, a gratificação ao mesmo.

A Reforma de Leôncio de Carvalho (1879) mantinha a obrigatoriedade do ensino prevista na Reforma Couto Ferraz e inovava em relação à criação de jardins de infância, de museus e bibliotecas escolares, de escolas profissionais, de cursos de alfabetização para adultos fundação de museus e bibliotecas populares. Interessante notar que a Reforma Leôncio de Carvalho foi a última grande reforma educacional do Império brasileiro e também serviu de ensejo para os pareceres de Rui Barbosa.

No limiar do século XX amadurecia um sentimento nacionalista iniciado com a Independência em 1822 e potencializado com a proclamação da República em 1889. Surgiam histórias descrevendo tipos e costumes do Brasil; muitos educadores sentiam-se mais

autorizados a criarem suas próprias séries de leitura, a partir de seus métodos (ainda que muitas vezes baseados em métodos franceses ou norte americanos). A educação sofreu modificações que mais diziam respeito às elites do que propriamente ao povo, principalmente o dos meios rurais, ainda restrito aos métodos antigos e longe dos livros que passavam a ser utilizados em instituições abastadas, públicas ou privadas. A circulação de livros de leitura e dos demais livros destinados à educação não atingia, como deve-se supor, todas as regiões brasileiras. Algumas tentativas de expansão das obras foram realizadas; Abílio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas, enviava, segundo o próprio, exemplares de suas obras para os locais mais afastados e tinha a preocupação de produzir livros baratos, para que mais pessoas o pudessem adquirir.

Ainda que muitos educadores, raramente lembrados, tenham imprimido esforço em disseminar a leitura em diversas províncias e interiores do Brasil, uma sistematização eficiente ainda era apenas sonhada e idealizada. É inegável, entretanto, que, a partir da década de setenta, o número de obras dedicadas ao ensino aumentou quantitativa e qualitativamente. Essa modificação deveu-se, em parte, às novas teorias, advindas da evolução do pensamento científico, mas também de um novo cenário, onde o mercado de leitura crescia ao passo que a cultura nacional se formava e as casas editoriais surgiam, suprimindo as demandas de livros escolares. As editoras Laemmert, Francisco Alves, Quaresma, entre outras, são de vital importância para a consolidação do uso de obras didáticas em escolas. Em relação à leitura, muitas obras, das mais importantes, surgiam das máquinas destas casas editoriais. Bittencourt (2004) assinala o pioneirismo da Francisco Alves no mercado de obras didáticas:

A editora Francisco Alves acompanhou as inovações tecnológicas na fabricação dos livros, mantendo associações com empresas editoriais no exterior, sobretudo, para garantir impressões com menor custo. A visão empresarial do editor possibilitava colocar o livro no mercado a preços mais baixos, facilitando sua difusão e possibilitando uma "longa vida" para muitos dos seus *best-sellers*. Considerando esta outra importante característica do livro didático – o grande número de reedições – pode-se entender também o poder de interferência maior do editor nas adaptações e renovações da obra. (Bittencourt. 2004, p. 489)

Por mais que houvesse críticas aos métodos e conteúdos apresentados em determinadas obras (o que veremos adiante), o aumento do número de obras mostra a necessidade da população de consumi-las, dos educadores de produzi-las e, conseqüentemente, dos editores em publicá-

las.

A educação no Brasil no século XIX, apoiada na identificação cultural de seus agentes executores, refletia culturalmente os interesses do poder. Dessa forma, os livros de leitura orgulhavam-se de estamparem em suas páginas os preceitos morais vigentes na época, como a importância da família, o amor à pátria, ao trabalho e ao conhecimento. Havia também uma providencial distinção na educação de meninos e meninas. O homem era criado para o trabalho enquanto a mulher era educada para os afazeres domésticos. No livro *Teatrinho Infantil*, de Figueiredo Pimentel, esta visão fica bastante clara, sobretudo no trecho de uma pequena esquete que deveria ser encenada pelas crianças:

Não desejo, como a Otília, ser uma sábia, porque as mulheres sábias se tornam pedantes em excesso. O reino da mulher é o lar, e não as academias, as bibliotecas, os laboratórios. (...) Quero ser boa, simples, modesta, estimada por todas. (Pimentel. 1958, p. 154)

Havia, de outra forma, diversos educadores que buscavam inovações em matéria de ensino, desde as campanhas de Abílio César Borges pelo fim dos métodos violentos de castigo, até as propostas de Olavo Bilac que, talvez por sua formação, tenha imposto à suas obras pedagógicas pressupostos mais literários, tendo em vista o leitor de sua obra enquanto um ser em construção e não sem conhecimentos, que precisasse ser mergulhado em um mar de instruções.

CAPÍTULO II

AS ORIGENS DOS LIVROS DE LEITURA NO BRASIL

Já em épocas limiares da educação brasileira, os professores procuravam desenvolver, à sua maneira, ou à maneira dos europeus, métodos funcionais para as escolas. Antes da década de 1860, registravam-se poucos títulos dedicados à leitura nas escolas, e os que haviam, em geral, eram traduções de obras advindas da Europa. Restava aos professores, em muitos casos, trabalhar com cartilhas manuscritas pelos mesmos, largamente copiadas para o uso dos alunos.

O cenário de escassez de livros começou a ser modificado a partir da década de setenta, quando D. Pedro II já participava da vida cultural do Brasil. Surgiam esporadicamente, a princípio, e frequentemente, alguns anos depois, livros que além de serem editados no Brasil, obras originalmente nacionais em suas temáticas e propostas.

Os anos finais do Império no Brasil determinaram um momento de grande importância para a história da leitura escolar. Na década de 1870, o Imperador D. Pedro II projeta uma reforma do ensino público:

A República confirma essa medida, e a nova situação provoca uma explosão no mercado, com reflexos na produção. As obras didáticas passam a ocupar considerável fatia do comércio de livros, podendo-se registrar sumariamente, como evidências da mudança, os principais títulos publicados entre 1890 e 1910, (Zilberman. 1996. p.16).

Este ensino, todavia, não recebia a devida valorização por parte da Instrução pública, o que motivou o crescimento inclusive de instituições privadas para sanar o deficit que o ensino público não conseguia suprir. Neste contexto, o mercado produtor de livros didáticos encontrou uma crescente clientela, composta por estudantes que frequentavam as escolas privadas e públicas, se bem que os alunos de escola pública nem sempre tinham acesso a materiais de qualidade para o estudo. As Instituições públicas sobreviviam de doações, da adoção pelo Governo ou mesmo da compra de obras para distribuição entre os estudantes. As concepções pedagógicas passaram a ser mais debatidas, e neste contexto, também as ideias sobre o ensino de leitura. Nascia também a literatura infantil, ainda imersa em ideais de moral, patriotismo ou mesmo religiosidade. Bittencourt destaca a década de 1880 como um

divisor de águas da educação, julgando surgir uma segunda geração de educadores

quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar. (Bittencourt. op. Cit. p. 480)

Antes da reforma do Imperador, circulavam pelas escolas basicamente a série de livros de leitura de Abílio César Borges, composta por três volumes, que posteriormente seriam acrescidas de outros dois. Os livros de Borges eram largamente utilizados pelas escolas brasileiras. O próprio pregava o baixo custo de seus livros para que os mesmos atingissem a camada pobre da população, promovendo, inclusive doações de livros. Ainda que se possa questionar os métodos de ensino do educador como o fazem alguns contemporâneos, sua importância para a evolução dos pensamentos pedagógicos é indiscutível, tendo motivado os consequentes debates acerca do ensino.

Outros educadores passaram a ter importância na educação, sobretudo na leitura escolar. O educador Felisberto de Carvalho publicou também a sua série de livros, composta por uma cartilha e mais quatro livros de leitura corrente, seguindo proposta similar a de Borges: livros que tinham como intento “encher de ideias” a mente das crianças. Traziam, dessa forma, uma variedade de assuntos, que fossem julgados úteis para a formação das crianças. João Kopke, o célebre fundador do Colégio Kopke, também contribuiu para a educação publicando sua cartilha e uma série de livros de leitura, intitulada *Série Rangel Pestana*. Suas obras apresentavam histórias nas quais os personagens eram crianças, característica utilizada para “sugerir” bons modos e costumes aos pequenos a partir das ações desenvolvidas nos contos.

A partir de 1908, o educador Francisco Viana, seguindo a tradição de livros de leitura, publica a sua série, sob a justificativa de que os livros até então publicados falhavam

duplamente ao seu destino, 1º porque as crianças aproveitam muito pouco das noções que eles contêm, a ponto de ser-lhes, em geral, mais proveitosa a menos perfeita explicação do mestre que a mais lúcida exposição do livro de leitura, 2º, e principalmente, porque as crianças quer por não acharem atrativo algum em tais assuntos quer por não poderem apreendê-los imediatamente, fazem uma leitura fria, sem qualquer atenção e compreensão. (Viana. 1954. p.173).

Da mesma forma, Olavo Bilac e Manoel Bonfim também publicam uma série de obras destinadas às classes primárias, tendo um olhar crítico em relação aos publicados anteriormente, afirmando no prefácio do *Livro de Leitura*, que “geralmente, os livros de leitura não passam de compilações de conhecimentos úteis, de lições de coisas e de regras de moral. São um repositório, um indicador dos assuntos que a criança deve aprender na escola e que o professor precisa ensinar.” (Bilac e Bonfim. 1901, p.9-14). Entretanto, os autores destacam que na leitura as crianças precisam ter “a noção de estilo, a noção de beleza, de forma” (idem). Para tanto, compõe a obra com textos literários de escritores contemporâneos com modelos da linguagem corrente. A série é aprovada e adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal e nos estados na Bahia, Sergipe, Ceará, Minas Gerais e Amazonas.

Paralelamente às séries, eram publicadas também antologias literárias, servindo basicamente para, além de traçar um panorama da literatura, apresentar histórias em geral com fins moralizantes, explícita ou implicitamente, a partir de poemas e excertos de contos, romances, discursos, etc. Percebe-se em algumas obras, no limiar do século XX, a influência dos ideais de formação da cultura brasileira na escolha dos textos que comporiam as antologias. Concepções distintas também circulavam entre os organizadores das antologias. Felisberto de Carvalho em 1881 trazia a público sua *Seleção de Autores Modernos*, “aprovada pelo conselho de instrução da província do Rio de Janeiro e mandada adotar pela presidência da província” (Carvalho. 1881, p.1). O parecer favorável da Instrução Pública é justificado com a afirmação de que a obra contém “somente pensamentos puros e sãos, capazes de despertar no coração da infância sentimentos nobres” (parecer da Instrução Pública. In.: Carvalho. 1881, p.3). Sob justificativa de que na Europa e nos Estados Unidos o ensino de leitura é objeto de grande atenção, Felisberto de Carvalho critica a falta de atenção dada ao ensino no Brasil, alegando que a maior parte do conhecimento destinado às crianças era trazida pela leitura. Desta forma, é interessante observar a preocupação de Carvalho ao produzir sua *Seleção*, tendo bastante critério na escolha tanto de autores quanto de gêneros e assuntos. Mostra assim, que não basta apenas que o livro de leitura exista, mas também que seu conteúdo chegue ao aluno de uma maneira “pura e sã”.

Arnaldo de Oliveira Barreto traz a luz, em 1916, a sua *Seleção Vários Estilos*, apresentando escritores contemporâneos e clássicos da literatura brasileira e portuguesa, sob o argumento

de “confronto do estilo antigo ao corrente” (Barreto. 1916, p.327), além do enfoque na leitura em voz alta para a aprendizagem do “ler bem”. Outra antologia sob sua tutela junto aos inspetores escolares Ramon Roca e Theodoro de Moraes, surgira em São Paulo no ano de 1911 por ocasião do dia das aves, ou *bird day*, *A Festa das Aves*, composta por poemas, contos e textos informativos que versavam sobre o tema ave, natureza, etc. A publicação é feita pela diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Nesta obra, moralidade e prazer são lembrados como pontos fulcrais para o ensino da leitura: ao mesmo tempo em que ela (a leitura) leva meninos e meninas à “evolução mental e moral” (Barreto, Moraes e Roca. 1911, p.4), traz também “agradáveis e contínuas sensações estéticas” (ibidem, p.5). Conhecido por suas obras didáticas, o professor Figueiredo Pimentel também organiza uma antologia, de nome *O Álbum das Crianças*, “contendo esplêndidas e admiráveis poesias – sonetos, poemas, contos em verso – dos melhores autores brasileiros e portugueses, próprias para serem lidas e decoradas por crianças, que assim aprendem a recitar e declamar” (Pimentel. 1959a, p.3). Deixando claro o enfoque na leitura em voz alta, esta obra também revela em suas intenções o prazer estético com que as crianças poderiam encarar os poemas.

A antologia que mais sucesso teve nas escolas, sendo utilizada até a década de sessenta do século XX, surgiu do labor dos educadores Carlos de Laet e Fausto Barreto, professores do Colégio Pedro II. Trata-se da famosa *Antologia Nacional*, publicada em 1895. Diferentemente das antologias já conhecidas, esta estava imersa numa atmosfera de louvor nacional, trazendo textos de escritores brasileiros e portugueses que “entendessem com a nossa terra” (Barreto e Laet. 1938, p.8). Desse modo, a antologia buscava resgatar a memória e história nacional, trazendo em suas páginas tanto autores contemporâneos quanto os canônicos dos séculos anteriores. Ainda outras antologias fizeram-se circular pelas escolas brasileiras, como a *Seleção Nacional* (1883), de Januário dos Santos Sabino Junior, que julgava como elementos imprescindíveis de uma boa coletânea a boa escolha de trechos que estivessem à altura da compreensão das crianças, compreendendo textos dos principais autores e de variados estilos; e a *Seleção em Prosa e Verso* (1883), por Alfredo Clemente Pinto, que prezava a “amenidade, variedade e utilidade dos assuntos” (Pinto. 1909, p.3).

Durante este período de emergência do ensino de leitura, outras coleções de histórias eram também publicadas; eram as histórias morais, com propósitos que se distinguiam tanto dos livros de leitura de Borges e Felisberto, quanto dos de Bilac e Bonfim e ainda das antologias. Eram histórias ou registradas da tradição oral, ou traduzidas de fábulas e contos estrangeiros,

ou ainda de autoria própria dos educadores que as organizavam. Francisco Viana, em seus livros de leitura talvez se aproxime desta forma de organização, mas as obras mais ressonantes neste estilo eram os volumes publicados por João Köpke (*Histórias de Meninos na Rua e na Escola, Histórias que a Mamãe Contava e Histórias de Crianças e de Animais*) e por Figueiredo Pimentel – a partir de 1896 (*Contos da Carochinha, Histórias da Baratinha, Histórias da Avozinha, Teatrinho Infantil, Os meus Brinquedos*). Os livros de Pimentel eram destinados às mães de família para que elas lessem para os filhos ou fizessem com que eles lessem. Era uma maneira de fazer com que a escola não fosse a única fonte de leitura e levava para os lares tal função. Essas obras continuaram a ser publicadas até a segunda metade do século XX.

As *Leituras Populares, Instrutivas e Morais* (1871), de Pedro Venceslau de Brito Aranha também tiveram adoção em escolas e as *Leituras Morais* de Arnaldo de Oliveira Barreto foram aprovadas, em 1896, pelo Conselho Superior de Instrução Pública de São Paulo, sendo adotadas, segundo o autor, em todas as classes. A preocupação literária variava nessas obras. Em geral alguns textos eram claramente moralizantes, outros porém, buscavam o prazer da leitura. Sobre isto, trataremos em breve.

Enquanto os livros de leitura, as antologias e as seletas eram publicados, uma nascente literatura infantil nacional era apresentada às crianças brasileiras, antes consumidoras apenas de obras traduzidas. Olavo Bilac publicava os *Contos Pátrios* (1894), com Coelho Neto, *Através do Brasil* (1910), com Manuel Bonfim, *Teatro Infantil* (1905), *Poesias Infantis* (1904), etc.; Viriato Corrêa e João do Rio compunham *Era Uma Vez* (1908); Júlia Lopes de Almeida publicava *Contos Infantis* (1886), com sua irmã Adelina Lopes de Almeida e *Histórias da Nossa Terra* (1907); Figueiredo Pimentel publicava o *Teatrinho Infantil* (?). Todas essas obras optam por trazer textos dos próprios autores em detrimento das traduções ou compilações. Este movimento, além de oferecer maiores possibilidades de reconhecimento de um Brasil essencialmente nacional, é importante para o aumento do número de escritores dedicados ao público infantil, que passaria a ter no início do século XX seu maior expoente: Monteiro Lobato.

Segundo o pesquisador Leonardo Arroyo, é difícil delimitar cronologicamente o nascimento da literatura infantil tendo em vista as obras didáticas publicadas em fins do século XIX. Para ele, a “literatura infantil propriamente dita partiu do livro escolar, do livro útil e funcional, de objetivo eminentemente didático” (Arroyo. 1968, p. 94). De fato, é inegável que rudimentos

de uma literatura infantil era esboçada nas obras escolares. E alguns dos primeiros títulos nacionais dedicados ao público infantil surgiram das penas de autores com carreira na publicação de livros didáticos: tome-se como referência as obras de Bilac; os contos de *Era uma Vez*, que tinham a assinatura de Viriato Correa ou os livros de Julia Lopes de Almeida. É difícil, ainda hoje, afirmar em muitas obras da literatura infantil, onde há ou não intenções pedagógicas em suas linhas.

CAPÍTULO III

O MÉTODO ABÍLIO E SIMILARES

Era de se esperar que o efervescente contexto educacional proporcionasse o aumento do número de publicações destinadas ao público estudantil. Destarte, também efervesciam os pensamentos dos educadores acerca dos métodos de ensino de leitura. Até o século XIX, o espírito moralizante das obras era notório nas obras. Um texto para a puerilidade deveria conter noções de civismo, motivos patrióticos, religiosos. No prefácio das *Leituras Populares*, de Pedro Venceslau de Brito Aranha, lê-se: “Formar o coração dos meninos com o amor da virtudes cívicas e morais, para que saibam reprovar o mal e escolher o bem, é meio indispensável para que a sociedade civil e religiosa se robusteça e prospere”(Aranha. 1871, s/p). Sob essa perspectiva é que muitos educadores, ora explicitamente, ora implicitamente, buscavam atingir seus educandos. Havia, entretanto, quem buscasse meios eficazes para que a instrução e o conhecimento chegassem de maneira apropriada às classes. Surgiram, assim, as doravante famosas séries de livros de leitura, que tanto propagaram-se nas escolas.

O baiano Abílio Cesar Borges, originalmente médico, trocou seu ofício pelo de educador. Durante sua carreira, publicou, a partir de 1868, uma série composta de cinco livros de leitura dedicados ao ensino primário e médio. A série de Borges prezava a diversidade de assuntos, ensinava noções de geografia, química, botânica, história, apresentava trechos da constituição, rudimentos de literatura, etc. Não descuidava, é certo, de introduzir em suas linhas conselhos morais, compilados juntamente às outras lições. Apenas no *Quarto Livro de Leitura* aparece uma seção dedicada à poesia, modificando de certa forma a estrutura que era seguida nos anteriores. Suas ideias reverberavam nos principais meios pedagógicos, sendo destacado sempre seu empenho para com a instrução: “Os espíritos, os mais sérios, os homens os mais eminentes, como o sr. Dr. Abílio, não desdenham de dar em prol do desenvolvimento intelectual do seu país, toda a sua solícitude a esses primeiros passos da infância.” (*Revista da Instrução Pública de Paris*. Apud. Borges, s/d, p.1). Além disso, seus livros frequentemente ganharam medalhas em exposições pedagógicas, como a do Rio de Janeiro, etc.

As ideias pedagógicas de Borges foram precursoras na educação brasileira e, em seu método, a leitura não era considerada uma finalidade da educação, mas um meio para a instrução. Chega a afirmar, no *Quarto livro de Leitura*, que “não é só de ler que precisam os brasileiros:

precisam também de instruir-se” (Borges. 1890b, p.7) e ainda “emancipar um povo sem o instruir é colocá-lo de olhos vendados, à borda de um precipício. Dizei-lhes em tal estado que caminhe e granjeie a vida” (idem). Emancipar é uma palavra que define bem a pedagogia de Borges, e levando-se em conta que os primeiros anos de instrução eram, em geral, ministrados por um único professor, a opção por compilar os conhecimentos em uma série de livros parece útil. Ainda assim, a estrutura da obra de Borges foi criticada por apresentar, em alguns casos, textos de difícil compreensão, assinados por Vieira, Frei Luis de Souza, etc., ou ainda justamente pela diversidade de assuntos “sem unidade”, como afirmara Bilac em *Através do Brasil*. Veja-se parte do índice de lições do *Quarto Livro de Leitura*:

1- Ciência e ciências; 2- Anatomia geral; 3- O esqueleto humano; 4- Fisiologia; 5- Geologia; 6- Fósseis; 7- Terremotos; 8- Grutas; 9- Física; 10- O ar; 11- O peso do ar; 12- Aerostatos, balões; 13- O calórico e o calor; 14- Graus do calor; 15- A luz; 16- As cores dos corpos; 17- Acústica, o som, o eco; 18- A eletricidade; 19- O relâmpago – o trovão – para raio ou condutor; 20- Traços biográficos de J. da Silva Lisboa, Visconde de Cairu; 21- O General Osório; 22- O Marquês de Maricá; 23- O Visconde do Rio Branco; 24- Duque de Caxias; 25- Alexandre Herculano; 26- Vantagens do escrever e do ler; 27- A família; 28- Pátria; 29- A liberdade; 30- A força de vontade; 31- Conselhos salutareos; etc. ¹

Os textos, em geral informativos, garantiam ao professor a reprodução de conhecimentos a partir da leitura, sendo esta, ao que parece, apenas um meio para se chegar a tal fim. Entretanto, percebe-se em Borges tentativas, felizes, algumas vezes, de imprimir caracteres estéticos em seus escritos, como é conferível no seguinte trecho: “A luz é o esplendor e a alegria da natureza. A ela é que devemos o brilhante espetáculo do universo, este gozo que se renova sem cessar, e sem o qual o tema seria a morada das trevas e da morte.” E segue-se a explicação literal do elemento: “os sábios atribuíam os efeitos da luz a um fluido extremamente sutil, emanado dos corpos luminosos...” (Idem, p.80). Certamente, os nomes mais eminentes da literatura brasileira superariam Borges em qualidade se se predispuessem a escrever sobre a luz; todavia, não é porque lhe falta literariedade que o texto de Borges merece ser descartado. Sua utilidade precede, neste caso, os pressupostos literários – ao contrário do que fariam outros autores no mesmo período. Além disso, é no *Quarto Livro de Leitura* que há uma seção dedicada à poesia, com textos de Casimiro de Abreu, Tomás

¹ - Não há referências, na maioria dos textos, a autores, de onde se conclui que o próprio Abílio os escrevia. Apenas poesias, fábulas, alguns excertos e textos biográficos eram atribuídos a outros.

Antônio Gonzaga, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, entre outros e também prosas de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, em geral atrelados aos textos informativos. É certo que os trechos selecionados, em detrimento de qualidades estéticas, servem como pretexto para lições diversas.

O que fez do Barão de Macaúbas uma referência do ensino finissecular foi a sua propaganda panfletária contra a violência aplicada nas escolas a título de castigos, além de seu empenho sincero em oferecer o melhor que podia em seus livros não obstante os percalços que a falta de casas editoriais e o alto custo da produção de livros o fizessem enfrentar. Acreditava de fato que suas ideias podiam acabar com o analfabetismo no Brasil, chegando a afirmar que se seu método fosse “empregado em todas as escolas e em todas as famílias”, dentro de poucos anos não haveria mais analfabetos no Brasil... Talvez ele tenha morrido acreditando nessa afirmação.

Felisberto de Carvalho, professor nascido em Niterói, adota estrutura similar à de Borges, escrevendo com seu filho Epaminondas de Carvalho, uma série de cinco livros. A quantidade de historinhas morais presentes na série de Carvalho é maior do que a de lições esparsas. No prefácio do *Segundo Livro de Leitura* (reproduzido também no *Terceiro Livro de Leitura*), Carvalho diz que é “indispensável que não se descuide o professor de continuar, na leitura corrente, a exigir dos seus alunos a pronúncia a que os deve ter obrigado na leitura elementar” (Carvalho. 1959b, p.8). Essa a preocupação que impõe ao ensino de leitura também é notada em outros compêndios de Carvalho. Visão semelhante a esta, Borges tem em seu *Terceiro Livro de Leitura*: “Para fazer boa leitura, deve o leitor ler com moderação, mudando o tom da voz e dando as pausas convenientes, segundo requerem o objeto da leitura e os diferentes sinais da pontuação...” (Borges. 1890a, s/p). Pelo fato de Carvalho e Borges terem criado uma sequência de obras, é possível acompanhar a evolução do ensino de leitura, mas sem o descuido de perder-se as lições anteriores. Com isso, ainda que Carvalho tenha publicado, além da série de livros de leitura, uma Seleta, e Borges tenha imposto maior valor literário ao seu *Quarto Livro de Leitura*, ambos não deixaram de salientar a necessidade elocucional dos alunos. Assim, lemos em Carvalho, a respeito da leitura corrente:

O ensino de leitura corrente deve tornar os alunos aptos para lerem de modo exato, fácil, claro e convenientemente rápido, uma sucessão de frases ligadas pelo sentido, articulando bem e pronunciando corretamente as palavras, sem estropeá-las ou repeti-las, dando às sílabas o seu valor prosódico, e finalmente observando as pausas e ligações que forem precisas. (Carvalho.

1959b, p.7)

Esta necessidade também é retomada por Arnaldo de Oliveira Barreto em sua *Seleção Vários Estilos*.

Os livros de Felisberto de Carvalho tiveram grande circulação, havendo inclusive informações sobre seu uso em depoimentos referentes a alunos da segunda metade do século XX. Um de seus êxitos foi o fato de Carvalho dirigir-se não apenas aos alunos, mas também aos colegas de profissão e aos pais, aproximando sua metodologia de algo que pudesse ser compartilhado. Essa preocupação é destacada na “marcha a seguir para dar uma lição de leitura corrente”, reproduzida no segundo e terceiro livros da série:

- 1º O mestre lê convenientemente o trecho, que não deve ser muito longo.
 Observação: Durante essa leitura o professor não perderá de vista os alunos, mas antes seu olhar deve dirigir-se constantemente do livro sobre eles, a fim de mantê-los atentos e obrigá-los a seguir a leitura, que será feita sempre lentamente.
- 2º Depois de haver lido, verificará professor se os alunos alunos compreenderam bem o assunto... (Ibidem. p. 8-9)

A apresentação de lições na série de Carvalho, como dito anteriormente, dedica maior espaço a ensinamentos morais, e isto fica claro no *Segundo Livro de Leitura*, que tem o seguinte elenco de lições: 1- Julia, a boa mãe; 2- Uma lição proveitosa (as horas); 3- O papagaio (pipas); 4- O sol e a Terra; 5- O castigo do orgulho; 6- Descobrimto do Brasil; 7- Os animais; 8- As tartarugas; 9- A superstição; 10- A corrida de touros; 11- A higiene e a ginástica; 12- Vender gato por lebre; 13- O cão fiel; 14- O verdadeiro Herói; 15- A alfândega; 16- O vulcão; 17- A embriaguez; 18- A mentira; 19- O menino honrado; 20- As aves; 21- A honestidade; 22- O bom Guilherme; 23- Como devemos ser; 24- As crianças e o cão; 25- Protegeei os fracos; 26- A consciência; 27- Os ruminantes; 28- Trabalhar pela prática; 29- A decisão injusta; 30- Não façais mal aos animais; 31- Não procedais irrefletidamente; 32- Faze teu dever; 33- Os cinco sentidos; 34- As substâncias alimentares.

Compare-se este índice com o anterior, de Borges. Fica claro que na abordagem de Carvalho, o ser humano, suas ações, seus comportamentos, são objetos de maior destaque. Mesmo a linguagem adotada por Carvalho aproxima-se do aluno quando dirige-se a ele, evocando situações cotidianas. O mesmo é menos comum em Borges, que opta por temáticas mais

científicas, o que influencia a linguagem de seu texto.

Ao inclinar-se para o apelo moralizante em sua série, Carvalho a utiliza gêneros textuais mais voltados à narração e da ferramenta interlocutória ao evocar a figura do leitor, que passa a ter papel mais importante para a construção dos saberes expostos no livro. A propósito da fala, uma das lições do *Segundo Livro* diz:

chama o olhar esse belo pavão (há a imagem do pavão na página), por sua esplêndida plumagem, seu canto, porém, é muito desagradável. Assim, também, muitas pessoas agradam pela formosa aparência, mas alienam a simpatia quando falam” (Ibidem, p.117).

Carvalho vale-se da leitura para, aí, construir na criança um novo valor, que ultrapassa a simples aparência (valor que tanto faz falta hoje em dia). Acredita ele que a sabedoria pode chegar ao aluno através do ato de ler, desde que direcionado pelo professor e que só é possível chegar ao entendimento pleno de um texto aquele que souber lê-lo com perfeição.

A *Seleção de Autores Modernos* de Felisberto de Carvalho, adota estrutura diferenciada da série de leitura e demonstra, em maior grau do que Borges, a preocupação com a leitura de finalidade estética, literária. Isso não impede, entretanto, que Carvalho imponha relevância à boa pronúncia e prosódia para que se fizesse uma boa leitura, além de destacar a utilidade dos textos expostos. Fornece então à puerilidade,

um livro onde se encontrem a prosa e o verso, os diversos gêneros de estilos, e completa variedade de assuntos que instruem deleitando, que falem, não somente à inteligência, mas também ao coração do menino, movendo-o a generosas ações, despertando nele o sentimento do amor de Deus, da pátria e da família. (Carvalho. 1881, p.4)

Indubitavelmente, as obras de Carvalho e Borges tiveram grande circulação no Brasil do fim do século XIX. No mesmo período, outras séries faziam parte do repertório de livros de leitura, tendo destaque a de Francisco Viana e a de Hilário Ribeiro. Olavo Bilac, quando seguiu linha parecida a das séries, optou por publicar apenas um livro intitulado *Livro de Leitura*, embora tenha publicado diversas obras destinadas aos jovens leitores, como veremos mais adiante.

Francisco Viana foi professor do Ginásio Estadual de Campinas, da Escola Modelo e de

algumas escolas Normais em São Paulo, além de ter atuado como superintendente de Educação Elementar no Distrito Federal. Quando começou a publicar suas obras didáticas, em 1908, já faziam parte do mercado as obras de Felisberto de Carvalho e Abílio Cesar Borges. Talvez pela cultura já republicana, ou mesmo pela evolução dos pensamentos educacionais, Viana desenvolveu sua série de leitura afastando “toda a preocupação comum de aproveitá-la para ir ministrando às crianças algumas noções habitualmente chamadas científicas e práticas” (Viana. 1959, p.173). Reconhecia, desse modo, a importância do leitor infantil no processo da leitura. Viana observou em sua carreira que os livros então publicados falhavam em seus propósitos porque ofereciam textos que não atrairiam a atenção dos leitores ou que estes não teriam capacidade de entender. Recomenda que tais livros sejam “banidos das aulas de leitura, sobretudo nos três primeiros anos” (ibidem). A resolução para o problema dos livros de leitura está, segundo Viana, na adoção pelas escolas de livros como os seus, que apresentassem contos e histórias, argumentando serem estes “mais acessíveis à rudimentar inteligência daqueles a que se destinam.” (ibidem). Compõe suas obras estando atento, em primeiro lugar, aos contos e histórias pois, para ele, as crianças “levadas por uma imaginação ainda não sofreada por falta de observações e teorias, que a subordinem ao mundo exterior, manifestam, desde a mais tenra idade, enorme predileção pelas histórias, pelos contos, por mais absurdos e fantásticos que sejam” (ibidem, p.173-174). Viana não descuidou, entretanto, da necessidade de as histórias apresentarem um conteúdo que pudesse formar o caráter e a moral dos alunos, relatando em *Leituras infantis*:

Compreende-se muito bem que, ao escrever tais livros, não se pode, nem se deve, subordiná-los exclusivamente ao gosto e às tendências das crianças. Toda leitura qualquer que seja, exerce uma certa reação sobre quem a faz, pois, como demonstrou A. Comte, nada há de indiferente ao sentimento. Assim sendo, convém aproveitar, em tais lições, assuntos que concorram para a formação do sentimento e do caráter da criança, em suma, do seu moral. (Ibidem, p. 174).

Além das lições morais “implícitas” nos contos de sua série, Viana destaca o papel do professor no processo de aprendizagem, afirmando que de nada valem as histórias narradas nos livros sem o devido intermédio do mestre. Em *Histórias para pequeninos* (1909), as mesmas preocupações com o efeito da leitura são constatadas por Viana e a importância do intermédio do professor é corroborada com uma instrução em seção destinada aos “Srs.

Professores” de como agir diante das aulas de leitura:

- a) Explicação prévia do professor - (...) O professor deve explicar cuidadosamente o significado de todas as palavras. (...)
- b) Leitura prévia pelo professor - (...) Esta leitura tem uma importância capital, pois só por ela é que o aluno pode aprender a dar a entonação e a fazer as pausas exigidas pelo assunto e pela pontuação. (...)
- c) Leitura pelos alunos - (...) O professor exigirá pronúncia clara e correta e entonação de voz correspondente ao assunto e aos sinais de pontuação.
- d) Exposição socrática - (...) O professor fará com que os alunos exponham parcialmente cada trecho, interrogando-os sobre o assunto respectivo e encaminhando sua inteligência para a mais perfeita compreensão do mesmo. (...)
- e) reprodução das histórias pelos alunos - (...) os alunos farão uma exposição consciente, compreendida, própria, e não uma pura repetição de palavras quase decoradas. (...) (Viana, 1909, p.123)

Este encaminhamento sugerido revela a preocupação com a leitura em voz alta como medida de compreensão do texto, tal como observado em Borges e Carvalho em seus volumes de leitura.

Viana compreende que os ensinamentos morais são essenciais na educação escolar das crianças. Vejamos como isto ocorre em uma historinha publicada em *Leituras infantis*:

Repartindo Balas

Abílio, tendo perdido os pais, passou a ser educado por um tio, que tinha quatro filhos. Estes eram muito bonzinhos e amáveis.

Poucos dias depois de ter vindo para a casa do tio, Abílio ganhou do vizinho uma dúzia de balas. Sentou-se a um canto e pôs-se a chupá-las sozinho.

- Então você não nos dá uma bala? - perguntou-lhe um dos primos.

- É boa! Por que hei de dar, se são minhas?

- Porque, aqui, quando um de nós tem alguma coisa, reparte com os outros.

- Pois está muito bem! Quando você tiver balas, venha dar-me.- respondeu Abílio, continuando a chupar as suas.

Os primos ficaram admirados, mas se retiraram sem insistir.

Algum tempo depois, a menorzinha de todos, a Suzana, de seis anos apenas, entrou com um pacote de balas na mão. Encontrou na sala os quatro irmãozinhos, Abílio e mais um amiguinho deles. Deu uma bala a cada criança. Cada qual foi mais que depressa, desembulhando a sua e pondo-a na boca.

Abílio notou que a priminha não ficara com nenhuma para si, pois tinha amassado o papel e o tinha jogado fora.

- Você já chupou a sua bala, Suzana?

- Não sobrou para mim – respondeu a pequena, com a maior naturalidade e sem mostrar aborrecimento.

Abílio ficou espantado. A pouco e pouco, porém, vivendo entre crianças tão

boas, foi modificando o seu proceder até as igualar. (ibidem, p. 133-135)

Narrar uma história é meio bastante eficaz de atingir o intelecto das pessoas. Jesus utilizava das parábolas para disseminar suas ideias. Com crianças, esta técnica também tem um efeito bastante positivo. Francisco Viana sabia disto e em suas narrativas criava um universo no qual a criança podia se ver e assim comparar as ações dos personagens com as suas próprias. É interessante como, no ensejo de uma historinha banal, contextos algumas vezes difíceis são apresentado. No conto acima exposto, narra-se a história de um menino cujos pais morreram, situação passível de acontecer com qualquer um. Ao tornar mais palpável este tema, mesmo que implicitamente, o texto interfere na consciência da criança e esta pode agir com mais naturalidade diante de tal acontecimento. O texto destaca também o convívio como fator determinante para a formação da criança. O comportamento do menino Abílio só foi modificado após a convivência com outras crianças “tão boas” e esta lição tende a resultar na mudança de comportamento das crianças ao enfrentarem contextos semelhantes. Cabe aqui corroborar a importância do papel do professor, destacado por Viana, pois é ele que irá fazer com que os alunos entendam e assimilem a história, indicando a moral contida nela. A propósito da lição de moralidade, o professor pode confrontar o egoísmo de Abílio com a confraternização de seus primos. Pode também relacionar o contexto da narrativa com a vida das crianças e além disso, aproveitá-lo para ensinar rudimentos de matemática com a divisão das balas.

O foco das séries de leitura, como foi possível observar, é dar instrução geral e ética aos alunos; apresentar, a propósito de narrações, noções de conhecimento universal, como matemática, ciência, geografia e história, e inserir no aluno a ética e a moral que a sociedade julga indispensáveis para o bom convívio. Nesse ínterim, os objetivos são teoricamente atingidos, ainda que motivando muitas críticas aos métodos utilizados. É inegável, entretanto, e como já foi dito, que essas obras são importantes pela sinceridade com a qual os autores oferecem à infância os conhecimentos que acreditam ser importantes.

CAPÍTULO IV

LEITURAS MORAIS, LEITURAS INSTRUTIVAS

Embora as séries de leitura apresentem grande conteúdo moral em suas lições, estas são entremeadas às lições de conhecimentos gerais, a textos literários, etc. Há uma outra categoria de livros de leitura, também muito famosa no século XIX, que é a de leituras morais e instrutivas. Estas, buscam mais explicitamente oferecer modelos de comportamento às crianças, destacando preceito religiosos, patrióticos e cívicos, apelando para relações familiares e sociais. A partir da leitura de textos, sejam literários ou não, os autores destas obras acreditavam que as lições expostas a propósito das histórias poderiam “tocar” o coração das crianças e induzi-las a comportamentos louváveis. Para isto, apelavam muitas vezes para a narração de situações que traziam as próprias crianças como protagonistas, destacando os comportamentos a serem seguidos e os que deveriam ser desprezados.

Os autores destes livros partiam de suas convicções de educadores e de cidadãos para criarem seus modelos de ensino. Assim, enquanto Arnaldo de Oliveira Barreto preocupava-se com o modo como as crianças receberiam as leituras, trazendo textos leves e divertidos, Pedro Aranha investia nos temas religiosos, pesados e severos e João Kopke mostrava todo um cenário que pudesse fazer as crianças reconhecerem-se nos contos.

Em suas *Leituras Morais*, Arnaldo de Oliveira Barreto preocupa-se com o prazer com que a criança lerá seus textos, ao mesmo tempo em que receberá, implicitamente, os conselhos morais oferecidos na obra:

A atenção de uma criança é como a avezinha arisca, que levanta voo por um nada que a espante. Deem-lhe, porém, a ler um desses inverossímeis Contos de Fadas, onde há animais que falam, e príncipes encantados.

Quem tiver um dedo de observação, notará desde logo, no brilho dos seus olhos, e no sorriso satisfeito que lhe ilumina a fisionomia, o interesse e a atenção que lhe despertam.

Por quê?

Porque ai o assunto é leve, alegre, cheio de imprevistos, e porque também a moralidade está nele misturada em dose bastante para não dar travor. (Barreto. 1911, p.7)

Barreto acredita na importância do leitor para a construção de sentidos do texto. Assim, ao ler textos leves, divertidos, “inverossímeis”, a criança sente prazer e, implicitamente, recebe as

lições morais. Estas não estariam expostas no texto apenas a partir de um elenco de modelos de comportamentos a serem seguidos, mas também de reflexões a partir da conduta dos personagens da história. Caberia ao professor a chegada destas reflexões de maneira apropriada ao aluno, partindo da narrativa, da história contada, e não simplesmente da moral da história.

Barreto busca aproximar-se de seu interlocutor imprimindo tom de conversa a seu texto; serve-se de palavras no diminutivo (amiguinhos, boazinhas, labiosinhos), para alcançar intimidade com as crianças, tal qual fazem os adultos em geral, além de construir diálogos associados pelas crianças como modelos de comportamentos. Percebe-se, não implicitamente, a moralidade presente nos contos de Barreto. O que destaca seu texto é a interlocução que promove com a criança, pondo-a em posição central no discurso. Vejamos trecho de uma de suas historinhas, intitulada “Bondade”:

Ora, aqui vai, meus amiguinhos, mais um exemplo de duas crianças muito boazinhas: o Flávio e a Rosalina.

Se eu dissesse que o coração dos dois era como um cofre cheio de pedrarias preciosas, vocês entreabririam os labiosinhos num sorriso de incredulidade.

Pois era! E senão, avaliem lá pela bonita surpresa que eles um dia prepararam à mamã Joanna. (...)

- E agora, Flávio, que será da pobrezinha da mamã Joanna? Pois tu não a ouviste dizer que o Panúrgio morreu? Como poderá ela, tão velhinha, trazer o leite à cidade?! Dá dó, não é mesmo?

- É verdade! Coitada!... Mas olha, maninha, e se nós se lhe comprássemos outro burrinho?

- Oh! Bela ideia!... E vamos já executá-la. Traz o dinheiro que tens no cofre, enquanto eu vou buscar o meu. (...) (Ibidem, p.8-10)

A lição moral desta história está claramente exposta: crianças boas ajudam os mais velhos. A ação das personagens leva a reflexão dos leitores que, encaminhados pela lição do narrador, optariam por segui-la. O texto ainda estende-se à valorização do dinheiro: este, na história, foi utilizado em benefício material não das crianças, mas da senhora a quem eles ajudaram. Dessa forma, a boa ação é mais valiosa do que o acúmulo do capital. Às crianças ficou o benefício moral de ter ajudado ao próximo. A “dose de moralidade” a que se refere Barreto é, na verdade, a intenção final do conto apresentado. Não poderíamos dizer que há aqui uma literatura infantil brasileira como a conheceríamos no século XX a partir de Monteiro Lobato. Entretanto, o fato de uma narrativa ser criada, ainda que para ensinar explicitamente uma

lição, é mote para gradativamente a literariedade aparecer mais nitidamente nos textos escolares ou não da época. Mas a obra de Barreto também abre espaço para o texto literário, apresentando textos de autores diversos. Assim, é possível ler trechos do *Cuore*, de Edmundo de Amicis, os poemas *Setim* e *Um ninho*, de Zalina Rolim e *As pombas*, de Raimundo Correia, os contos *Piloto* e *Os pêssegos*, de Guerra Junqueiro, entre outros.

João Kopke segue a linha das histórias morais utilizando o pretexto de divertir as crianças. Seus três principais livros são destinados às classes escolares. Estruturalmente, todos os livros são divididos em duas partes: A primeira com histórias em prosa, aparentemente do próprio autor e a segunda de poemas, em geral de poetas renomados. Não há anotações preliminares nos livros de Kopke. Entretanto, eram seriados e assim distribuídos: *Histórias de Crianças e de Animais* (para o segundo ano primário); *Histórias de Meninos na Rua e na Escola* (para o terceiro ano); *Histórias que a Mamãe Contava* (para o quarto ano). Entre os principais poetas que compunham o elenco de textos estão: Olavo Bilac, Affonso Lopes Vieira, João de Deus, Francisca Julia, Castro Alves, Gonçalves Dias e Almeida Garret. Em edição de 1933 do *Histórias de Meninos na Rua e na Escola*, surge o nome de Manuel Bandeira com o poema *Na rua do Sabão*.

Os contos e poemas nos três volumes da coleção de Kopke apresentam ao menos três contextos de leitura diferentes: ora a temática moralizante é mais notória, ora a instrução é mais destacada e ora o prazer da leitura é priorizado. Esta combinação talvez tenha efeito proveitoso se pensarmos que a criança se interessará pelos textos mais jocosos e, a partir deles, lerá também os textos moralizantes. Não há comprovações de que isto de fato ocorresse, mas é certo que os textos, considerando a faixa etária a que se prestam, e se bem trabalhado pelos professores, poderiam sim acrescentar ao aprendizado dos alunos conhecimento e sabedoria. Leia-se trecho de uma das lições de Kopke, de caráter instrutivo, a que nos referimos anteriormente:

Um animal curioso

- Que bichinho esquisito aquele, papai! Anda com os filhinhos amarrados no rabo.
- Pensa que estão mesmo amarrados, Luiz? Se você olhar bem, há de ver que os rabinhos pequeninos estão enrolados no grande.
- E o bicho grande é que é a mãe? E é assim que carrega os seus filhos?
- É, sim: anda com eles desse modo, enquanto não podem viver sozinhos.

- Que coisa esquisita!
 - Esquisita não, Luiz. Não é assim que deve dizer.
 - Curiosa, então?
 - Isso é melhor. Notável é que é verdadeiro. É preciso usarmos sempre da palavra mais conveniente.
 - Obrigado, papai; eu não me hei de esquecer. (...)
- (Kopke, 1934, p.163)

Um ponto de destaque na obra de Kopke é a orientação católica sob a qual é produzido o livro, característica comum nos livros da época e, muitas vezes, fator determinante para a aprovação da obra para utilização nas escolas. O poema *Crucifixo*, de João de Deus, é exposto no livro *Histórias que Mamãe Contava*:

Minha mãe, quem é aquele
 Pregado naquela cruz?
 Aquele, filho, é Jesus...
 E a santa imagem dele (...) (Idem, 1958b, p.83)

Em 1871, portanto, ainda relativamente distante da proclamação da república, um livro de explícita doutrinação católica é publicado em Lisboa e dedicado ao Imperador do Brasil. Trata-se das *Leituras populares, instrutivas e morais*, de Pedro Venceslau de Brito Aranha. Aprovada pelo governo e premiada nas exposições de Paris em 1872 e Viena d'Áustria em 1873, o livro de Aranha traz a propaganda de ser útil e barato para as escolas primárias. De fato, o livro apresenta-se como uma opção importante para um país de Religião católica, trazendo em suas linhas, histórias que pudessem “impressionar o ingênuo coração dos meninos” (Aranha, 1871, s/p). A interferência oficial corrobora a inserção desta obra em escolas brasileiras, ainda que esta seja de origem portuguesa.

Ao lerem os textos das *Leituras populares*, os estudantes das escolas primárias entrariam em contato com a rígida e disciplinar doutrina da igreja católica, confrontando as ações mundanas às que deveriam ser seguidas pelos bons meninos. Dessa forma, o elenco de lições do livro traz textos do próprio Brito Aranha sob os títulos *Deus, a criação do mundo, Adão e Eva, o sacrifício de Isaac, a miséria e paciência de Jó, a bíblia* e ainda, *amor ao mestre, a civilidade, a hospitalidade, a probidade*. Junto aos citados textos, a obra elenca textos históricos e informativos, como *o descobrimento da Índia, os Reis de Portugal, Restauração de Pernambuco, o algodão, o açúcar, o café*, etc. Poucos textos são atribuídos a outros autores, a saber, fábulas de Bocage, poemas de Filinto Elycio e trechos d'*Os Lusíadas*, de Camões (que seguem o texto de descobrimento da Índia).

Abertamente, este livro busca formar moralmente as crianças, intento que sobressai a qualquer tentativa de atingir o prazer da leitura. Assim, analogias à bíblia estão sempre ligadas aos ensinamentos. Leia-se a lição 66, intitulada O livro, com texto atribuído “a um grande pensador”, não identificado na obra, na verdade Vitor Hugo:

“Representai-vos a incalculável soma de desenvolvimento intelectual que encerra esta palavra: todos sabem ler! A multiplicação dos leitores é a multiplicação dos pães. No dia em que Jesus Cristo criou este símbolo, entreviu a imprensa. O seu milagre é este prodígio. Aí está um livro. Alimentai cinco mil almas, a humanidade inteira. Em Cristo multiplicando os pães, era Gutemberg multiplicando os livros, Um semeador é prenúncio de outro.

O universo sem o livro, é a ciência que se esboça; o universo com o livro, é o ideal que aparece. Deste modo, há modificação imediata no fenômeno humano. Onde existe só a força, o poder revela-se. O ideal aplicado aos fatos reais é a civilização”. (Ibidem, p.109-110)

Nota-se que o trecho apresentado não é caracterizado pela simplicidade de construção ou de referências ao universo das crianças; é sim um trecho de autor clássico, de necessária intervenção do professor em aula. Ao associar Gutemberg a Jesus, prevê o conhecimento das crianças da figura de Cristo para que estas possam estabelecer a comparação entre ambos. Ainda ao atribuir esta comparação, faz com que as crianças assimilem a invenção de Gutemberg como algo tão importante para a civilização quanto os milagres divinos. Promove então a divinização do livro, que passa a ser objeto de culto, elevando sua importância, relacionando a repartição de conhecimento, com a repartição de pães.

Assim como as séries de leitura, os livros de leituras morais apresentam ao público textos que buscam formar comportamentos. O interessante é notar a variedade de possibilidades trazidas pela experiência e pelos valores de cada um dos autores, que implicam sempre em modos diferenciados de tratar a infância. Seja pela via da leveza de temas, seja pela via da doutrinação religiosa, esses livros contêm aspectos interessantes para a história da educação em uma época de formação da cultura nacional, da troca de um regime monárquico por um republicano, e sobretudo em uma época em que não havia muitas determinações legais para a unidade educacional da nação. Desse modo, caberia aos professores registrar em suas obras as técnicas e as teorias com as quais julgavam fazer um bom serviço às crianças.

CAPÍTULO V

AS COLETÂNEAS LITERÁRIAS

As primeiras leituras escolares nas escolas do século XIX eram realizadas por meio das cartilhas seguidas dos livros de leitura e de histórias morais. Para as turmas avançadas, a educação leitora sofria, muitas vezes, uma modificação estrutural. No lugar das séries, entravam em cena as coletâneas literárias. Neste segmento, há considerável número de obras, nem todas com as mesmas concepções pedagógicas. Estas concepções variavam desde a escolha de autores considerados ideais para o público-alvo até a disposição de gêneros literários, além de outras divergências estruturais. Interessante ressaltar que inclusive a finalidade das obras eram distintas: em algumas a moralidade ainda era ponto fulcral da composição; em outros, o conhecimento de gêneros textuais era mais valorizado. E assim foram surgindo obras que hoje fazem parte do acervo cultural brasileiro.

Antes de considerar as questões relativas ao ensino da leitura, é importante destacar o papel destes livros ainda hoje. É através da existência deles que podemos traçar um panorama da literatura que era lida nas escolas, bem como autores e textos considerados exemplares pela sociedade de então.

Em uma perspectiva cronológica, as principais coletâneas do período em questão eram: *Seleção de Autores Modernos*, de Felisberto de Carvalho (1881); *Seleção em Prosa e Verso*, de Alfredo Clemente Pinto (1883); *Seleção Nacional*, de Januário dos Santos Sabino Júnior (1883); *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet (1895); *Álbum das Crianças*, organizado por Figueiredo Pimentel (1897); *Livro de Leitura*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim (1901); *Festa das Aves*, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1911) e *Seleção Vários Estilos*, também de Arnaldo de Oliveira Barreto (1916). Para que os propósitos deste trabalho sejam contemplados de maneira coerente, trataremos destas obras a partir da semelhança de propostas dos organizadores.

Seleção de Autores Modernos

Expor modelos contemporâneos de escrita: esta é a proposta adotada por Felisberto de Carvalho e Olavo Bilac em suas respectivas coletâneas. Ambos acreditavam que os estudantes

primários deveriam, antes de conhecer de fato a literatura e estudá-la, conhecer os modelos de escrita prestigiados na sociedade da época. Estes modelos deveriam ser conhecidos e seguidos pelas crianças. Distinguem-se as abordagens de ambos pelo fato de Carvalho destacar os autores modernos e seus modelos de escrita, ao passo que Bilac prestigia os gêneros textuais, fazendo destes o fator de organização da obra.

O parecer do Conselho de Instrução da Província do Rio de Janeiro de 22 de fevereiro de 1881 aprova e manda adotar a *Seleção de Autores Modernos*, de Felisberto de Carvalho. Em favor da obra, o parecer relata que “os trechos coligidos com muito critério” apresentam “um conjunto de estilos e gêneros diversos e de assuntos variados, contendo somente pensamentos puros e sãos, capazes de despertar no coração da infância sentimentos nobres”. (Carvalho, 1881, p.3). A partir deste comentário é possível identificar que a escolha de trechos literários tendo em vista a aprovação pelos conselhos de instrução pública obedeciam ainda a mesma prerrogativa das séries de leitura e das leituras morais: a adequação não (ou não somente) ao intelecto da crianças, mas sim a temáticas que viessem a ser exemplos de pensamentos e atitudes puras. Para o Conselho, o fato de a obra apresentar gêneros literários ou mesmo uma diversidade de autores e textos era menos importante que a escolha de trechos exemplares. A observação dos textos da obra mostra, entretanto, que a formação intelectual das crianças fora sim contemplada por Carvalho. Os primeiros textos da *Seleção* tematizam a língua portuguesa, a leitura e a literatura, todos com trechos selecionados de nomes importantes da cultura brasileira e portuguesa. Assim, é possível ler, antes dos textos literários propriamente ditos, “Origem da Língua Portuguesa”, por Herculano de Carvalho, “A literatura Brasileira”, por Sílvio Romero, “A palavra”, por José de Alencar, entre outros.

Carvalho apoia sua pedagogia em modelos advindos da Europa e América do Norte, locais onde a educação era promovida com mais propriedade. Segundo ele, “o ensino de leitura tem sido objeto de grande atenção, de muito esmero dos professores da Europa e da América do Norte; e certamente com razão, pois que a maior parte dos conhecimentos que podem chegar as meninos depende necessariamente do modo de ler” (Ibidem, p.5). Para justificar sua tese, cita Mr. Dumouchel, diretor da Escola Normal de Versalhes:

Entre os livros de leitura corrente, compostos para este uso especial, prefiro a todos os outros livros, as coleções de excertos escolhidos nos bons autores. Estes extratos de nossas obras primas têm a vantagem imensa de apresentar textos irrepreensíveis. Têm ainda uma vantagem que desejo sempre e em toda a parte, - têm autoridade. (Ibidem, p.6)

A autoridade dispensada pelos textos dos grandes autores não seria, entretanto, por si suficiente para a boa utilização da obra de Carvalho. O autor destaca a importância do professor para ensinar as “regras de boa leitura” e copia as palavras de Mr. Hippeau no livro *A instrução pública nos Estados Unidos*, quando este argumenta que só se pode saber bem aquilo que se compreende, e para isso as crianças “devem ter, antes de tudo, a inteligência e o sentimento do que as palavras exprimem” (ibidem, p.7). Este mesmo pensamento perpassa as obras de Carvalho, influenciando a “marcha a seguir para uma lição de leitura corrente”, expressa no *Segundo Livro de Leitura* e já transcrito neste trabalho.

Por fim, Felisberto de Carvalho indica o propósito de seu livro e, por analogia, resume toda a sua pedagogia:

A infância de hoje formará amanhã uma seleta massa de cidadãos que todos se empenharão, à porfia, no engrandecimento da mãe comum – a pátria; que a qualquer outros prazeres, preferirão as alegrias d lar doméstico, a amenidade e a pureza de costumes, o sacrossanto amor da família, na qual é o homem um representante da providência, um reflexo da divindade, um delegado de Deus, enfim. (ibidem, p.8-9)

É possível entender a obra de Felisberto enquanto um trabalho de seleção de textos de cunho puro, patriótico e cristão. Isto reforça o poder oficial da Igreja Católica – tome-se o parecer do Conselho de Instrução aprovando a obra.

A literatura não é a única forma de escrita privilegiada na *Seleta* de Carvalho. Atendendo aos propósitos de ser uma seleção de textos modelares, é possível ler textos que se encaixam na definição de ensaio, biografia, carta, discurso, artigo ou mesmo de texto didático. A literatura é contemplada com trechos de contos, romances, peças teatrais e poesia. Gonçalves de Magalhães é o autor que mais figura – e não somente com poemas, mas também com um texto instrutivo chamado “Fim moral do homem”, em que trata dos deveres morais aos quais o homem deve seguir.

Livro de Leitura

Cabe aqui citar o livro de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, intitulado apenas *Livro de leitura*, dedicado ao ensino complementar das escolas primárias e publicado em 1901. A obra fora

aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal e nos estados da Bahia, Sergipe, Ceará, Minas Gerais e Amazonas. Sua estrutura assemelha-se às coletâneas e seletas por ser composta exclusivamente por textos de escritores reconhecidos por público e crítica; entretanto o fato de a obra ser intitulada *Livro de Leitura* nos remete às séries didáticas de leitura. Nesse ínterim, Bilac critica a estrutura dos livros de leitura que circulavam à época e ao mesmo tempo apresenta uma alternativa a ser adotada pelas escolas, com o aval de conselhos de instrução e impresso com verba pública pelo governo municipal do Distrito Federal, conforme parecer dado por José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, apresentado no próprio livro.

É importante salientar que a obra não tinha o propósito de competir com os livros de leitura para os anos iniciais do ensino primário, mas sim com obras destinadas ao curso complementar que, em geral, eram as seletas e coletâneas ou os volumes mais avançados das séries de leitura. Os próprios autores destacam a intenção de opor seu *Livro de leitura* às obras “comuns”. Caberia à obra, segundo eles “o papel de verdadeiro modelo da linguagem escrita, da linguagem usual, corrente, moderna” (Bilac. 1901, p.9). Ao mesmo tempo em que afastam-se dos livros de leitura, que “não passam de compilações de conhecimentos úteis, de lições de coisas e de regras de moral” (ibidem), afastam-se também das seletas, “muito úteis como curiosidade literária, para quem já tem o espírito suficientemente preparado e esclarecido acerca da técnica da escrita” (Ibidem, p.11). Finalizam, os autores, a “explicação”, corroborando as ideias que apresentam: “o nosso propósito não é dar erudição literária. É apenas desenvolver nos alunos as faculdades de expressão falada e escrita” (Ibidem, p.14).

Confirmando este propósito, o livro é dividido não por épocas ou autores, mas sim por gêneros, em uma tentativa de demonstrar os modelos de elocução de que os alunos poderiam servir-se para a construção de seus textos e para o aperfeiçoamento dos conhecimentos culturais e históricos. Os gêneros contemplados são: enumeração (10 textos), narração (18 textos), descrição (100 textos), conto (6 textos), carta (7 textos), dissertação (12 textos) e poesia (13 textos). Composto o elenco de autores, figuram não apenas os brasileiros e portugueses, mas também franceses, ingleses, alemães, italianos, etc. Assim, onde estão Machado de Assis, Arthur Azevedo, o próprio Bilac, Eça de Queirós e Almeida Garret, estão também Flaubert, Maupassant, Amicis, Goethe, Schiller, Dickens, etc. Nota-se, a partir da escolha dos autores, todos contemporâneos à data de publicação da obra, que a estrutura dos gêneros textuais apresentados serve como um certo tipo de modelo universal da escrita

moderna. É esta uma das poucas seletas que trazem em seu escopo os traços da cultura escrita que transpassa o eixo Brasil/Portugal. Dessa forma, não é prestigiada qualquer estrutura temática ou de corrente literária, mas sim a variedade de modos de expressão das quais supunha-se os alunos se serviriam no decorrer da vida.

A tese de que a partir da leitura os alunos poderiam aperfeiçoar a habilidade escrita é corroborada na obra de Bilac e Bonfim com a simultânea publicação do *Livro de Composição*, que trazia exercícios de escrita e deveria ser aproveitado junto ao *Livro de Leitura*:

Os exercícios de composição e de redação não podem ser utilmente desempenhados sem o uso frequente da boa leitura, e só aí é que ela é verdadeiramente útil, porque só aí é que a criança pode ter a noção do estilo, a noção de beleza de forma. É aí que o professor poderá explicar que nem toda a gente escreve e se exprime do mesmo feitio; e apresentará os exemplos e irá salientando o que distingue um escritor do outro; mostrará o que consiste o mérito de cada um, os recursos de que servem, um mais rico na adjetivação, outro mais afeito aos períodos curtos e incisivos, outro, mais amante das locuções adverbiais... (Ibidem, p.11)

A lucidez dos autores prevê que apenas a partir da leitura a escrita poderá ser realizada com sucesso. Esta é uma lição contrária ao ensino essencialmente gramatical que atualmente muitos docentes utilizam (e que também era utilizado à época). É possível, portanto, considerar o *Livro de Leitura* como um bom exemplar de coletânea de leitura; é uma obra que tende a ver a leitura como um meio para se chegar a uma finalidade que é a expressão oral e escrita em diversos gêneros além de apresentar uma boa seleção de autores e temas, possibilitando assim a discussão em sala de aula motivada pelo professor.

Seleta em Prosa e Verso

No ano de 1883, o gaúcho Alfredo Clemente Pinto publicou a obra que seria bastante utilizada pelas escolas de seu estado natal: a *Seleta em Prosa e Verso*. No prólogo de sua seleta, o autor revela tão somente ter escolhido trechos das obras dos melhores autores brasileiros e portugueses que condissessem com o “grau de desenvolvimento das inteligências e com a esfera dos conhecimentos” (Pinto. 1909, p.3) daqueles para quem o livro era destinado. Na escolha dos excertos, Pinto tinha em vista a correção, clareza e elegância da linguagem e também a amenidade, variedade e utilidade. A estes critérios eram acrescidos os motivos

morais tão comuns às obras didáticas: “respeito da religião, o amor da pátria e da família” (Ibidem). O objetivo era desenvolver imaginação e bom gosto literário. Muitas são as intenções da *Seleção em Prosa e Verso* e é válido pensar se de fato a obra obteve plenamente êxito, tendo em visto que muitos recortes seriam necessários para alcançar a todas estas intenções.

A obra de Pinto pretendia ainda servir de modelo para a redação. De fato, a organização da obra em gêneros textuais corrobora este propósito: há duas divisões, chamadas “prosa” e “verso”, acrescidas de subdivisões chamadas, respectivamente, as da primeira divisão: contos, narrações, lendas, parábolas, apólogos, fábulas, anedotas, descrições, história, biografia, retratos e caracteres, religião – moral; e cartas e as da segunda divisão: narrações, apólogos, parábolas, alegorias, líras, canções, hinos, odes, sonetos, descrições e retratos, sátiras e epigramas e poesias épicas. Esta estrutura parece servir para o propósito final, que é, a partir de textos “amenos”, “variados” e “utilitários”, ensinar a expressão escrita em língua portuguesa, independente de serem os autores selecionados contemporâneos ou não. Seguindo sua tese, Pinto instrui os professores a fazerem

estudar de cor aos seus discípulos, bom número de trechos, tanto em prosa como em verso, que a experiência tem mostrado ser este estudo de grande vantagem para os mesmos discípulos, os quais assim, sem muito esforço, adquirirão uma dicção correta e elegante e dilatarão o círculo de suas ideias, aprendendo ao mesmo tempo a combiná-las e expressá-las convenientemente. (Ibidem, p.4)

Semelhantemente à Bilac e Bonfim, Clemente Pinto integra o corpo de autores que buscam aliar leitura à expressão escrita. Diferenciam-se as obras de Bilac & Bonfim e Clemente Pinto pelo fato de aquela apresentar escritores da cultura mundial e esta restringir-se a autores brasileiros e portugueses; além disso, a preocupação com a temática parece, em Pinto, ter destaque similar à preocupação com a divisão de gêneros. Isto talvez revele que a *Seleção em Prosa e Verso* tenha servido a classes mais adiantadas, que poderiam entender com maior facilidade as diferenças entre hinos, odes, sonetos, líras, etc.

Seleção Vários Estilos

Arnaldo de Oliveira Barreto, modificando a proposta apresentada em *Leituras Morais*,

preconiza na *Seleta Vário Estilos* o ler bem. A obra, publicada em 1916, destina-se às classes ginasiais e escolas Normais, as quais julgamos ser o objeto de grande parte das seletas e coletâneas publicadas durante o período. O texto prefacial da obra, assinado pela poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho, argumenta que

ler bem é compreender, porque se não lê com a acentuação e harmonia próprias, senão aquilo que se entendeu. (...) Para ler bem, para dar a cor, o relevo, a vida à obra do escritor; para ter, na voz e na expressão, a nota patética, o chiste, a vibração irônica, maliciosa, indignada, a doçura, a comoção, a tristeza, a alegria, o riso e as lágrimas, é preciso compreender, é preciso sentir, é preciso ser artista! (*In*: Barreto. 1916, p.4).

Apoiado nas linhas da poetisa portuguesa, Barreto seleciona excertos com a mesma prerrogativa com a qual outros autores compunham seus livros à época: a de oferecer um cabedal de estilos e gêneros textuais que viessem a servir de modelo à expressão dos estudantes – não somente à escrita, mas também à oral. A ênfase imposta no texto de Amália Carvalho ratifica o modo como os professores deveriam conduzir as aulas a partir da *Seleta*. Servindo ao seu propósito, a *Seleta* apresenta uma série de escritos que vão do literário ao informativo, viajando entre poemas e biografias, contos e discursos. Não há temas específicos, mas é possível traçar uma linha que perpassa os temas românticos, de onde figura trecho de I-Juca Pirama, realistas, apresentando trecho de O cortiço; há uma ênfase nos motivos patrióticos, típico do final do século XIX. A obra não é organizada segundo critérios de gênero ou época ou sequer de estilo; estão aparentemente aleatórios. Este fato indica que a obra preconiza o “aprender a ler”, independentemente de outros critérios quaisquer. Muitos dos textos principais da *Seleta* são acompanhados de outros textos, em geral recolhidos de épocas mais distantes, os quais Barreto justifica dizendo que estão lá a título de comparação do estilo contemporâneo ao antigo. O que fica latente durante a leitura dos textos é o “louvor” não só à pátria brasileira, como também à língua portuguesa. Antes mesmo de elencar os textos selecionados, a obra é epigrafada por poema do parnasiano Alberto de Oliveira:

Nem vos passe o louvor merecido
A língua, cujos sons a lhe cantar no ouvido,
Leva estrangeiro – língua havida além, de avós,
Língua de povo irmão noutra parte falada,
Mas que aqui se enriquece, avulta e mais agrada,
Por mais doce entre nós.

E com a língua – lembrai os que a leveza e graça
 Mais lhe deram contando, e em cujos versos passo,
 Ora meigo e amoroso, ora triste e infeliz,
 Ora ousado e sensual, em gritos ou queixumes,
 Cheia de astros e treva, e tonto de perfumes,
 A alma deste país. (Ibidem, p.3)

O poema de Alberto de Oliveira representa de maneira elucidativa o propósito com o qual Barreto organizou sua obra: os meandros possibilitados pela riqueza da língua portuguesa. É a partir daí que se pode falar em “estilo” conforme anuncia o título da *Seleta Vários Estilos*.

Festa das Aves

Autor da *Seleta Vários Estilos*, Arnaldo de Oliveira Barreto não era iniciante na organização de seleções de textos. Alguns anos antes de publicar a *Seleta*, Barreto uniu-se aos inspetores escolares Ramon Roca e Theodoro de Moraes e organizou, em 1911, com o reconhecimento da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, a *Festa das Aves*. Trata-se de uma coletânea destinada aos festejos do dia da ave, evento realizado nas escolas públicas de São Paulo. A inspiração de produção da obra deu-se de maneira peculiar, distinguindo-se das seletas comuns à época. Por ter uma data e um tema bem específicos, *Festa das Aves* inova nos critérios de seleção de textos, mais arrojados que as demais coletâneas: figuram na obra apenas textos que tenham como tema aves.

O Dia das Aves era uma solenidade da qual *Festa das aves* fazia parte. Theodoro de Moraes esboça a programação do evento ao final do livro:

Um esboço para o programa da festa das aves

- I Hino às aves
- II Explicação do professor sobre a solenidade do dia
- III Uma poesia
- IV Breves explicações feitas pelos alunos sobre a utilidade das aves
- V Uma poesia
- VI O berço dos passarinhos – proteção aos ninhos (pequenos trechos)
- VII Uma poesia
- VIII Mimi e o gigante – leitura (Coisas Brasileiras, de Puiggari)
- IX Uma poesia
- X Hino às aves
- XI Um pequeno trabalho escrito sobre as aves. (Barreto. 1911, p.202)

Leitura e produção escrita, temas tão em voga em nossos dias, são o meio central com o qual pretende-se abordar a temática das aves no Dia das aves. Em quatro momentos do evento, a leitura de poesia é recomendada, além de haver outros momentos de leitura. O produto final seria a produção de um trabalho escrito sobre as aves e durante a solenidade a presença do professor estaria marcada na explicação sobre a solenidade e na explicação dos alunos sobre a utilidade das aves, que certamente teria sido anteriormente conduzida em sala de aula. O “Hino às aves” a que se refere o programa talvez seja o texto homônimo presente na coletânea, atribuído a Canto e Mello.

Segundo Barreto, a coletânea tem mais de uma utilidade: ao mesmo tempo em que a educação moral é apreendida, o senso estético busca ser desenvolvido. Por estar a obra compreendida em uma programação especial, os autores buscam a partir da leitura estimular a preservação das aves no Brasil. Segundo os autores, crianças e mulheres eram responsáveis por eliminar muitas das aves, as primeiras pela caça e as segundas pelo “mau gosto do adorno e das plumas” (Ibidem, p.IV). Apesar da estranha afirmação anterior, é interessante notar que os autores acreditavam que as leis contra a caça eram inúteis e que somente a construção de uma mentalidade diferente nas crianças poderia fazer com que a mortalidade das aves diminuísse. Esta ideia revela a importância dispensada à educação promovida pelos educadores que organizavam o evento.

Acerca da importância estética da obra, comentam os autores que a contemplação da vida das aves seria capaz de desenvolver nos observadores os “melhores atributos e impulsos”.

... sua indústria, sua paciência, sua habilidade, seus costumes, enfim, são tão interessantes em algumas espécies, que deles se podem tirar úteis ensinamentos, - o modo como fabricam seus ninhos, a sua previdência contra os seus inimigos excitam-nos por certo a admiração; sua plumagem multicolor e maneiras graciosas educam-nos o senso estético; seu canto pode inspirar-nos o amor da música e da poesia; suas longas emigrações para terras longínquas são de molde a estimular-nos a imaginação e a levar-nos a inquirir das causas de tais movimentos periódicos... (Ibidem, p. V)

Quanto aos textos em si, seriam eles os responsáveis por mostrar como a pena de escritores produziram linhas que ilustrassem as ações das aves, as quais deveriam ser assimiladas pelas crianças. Para isto, foram selecionados textos literários e informativos, onde figuram desde a Canção do Exílio, de Gonçalves Dias e O sonho de um Sabiá, de Visconde de Taunay até Aves úteis à lavoura, de Felício dos Santos. O texto “As aves”, de J. Vieira de Almeida ilustra bem

a abordagem objetivada pelos organizadores da coletânea:

Dizem que o homem é um animal das planícies e disseram bem.
 As grandes altitudes lhe são prejudiciais...
 As aves, porém, foram criadas para devassar os espaços.
 O vaidoso homo sapiens, de Linneu, esse ‘bicho de terra tão pequena’, como se exprime o grande épico lusitano, debate-se nas planícies, em discussões estéreis, enquanto que as aves, alando-se aos páramos incomensuráveis, quase que vão topetar com os astros constelados. (ibidem, p.111)

O texto estabelece uma comparação entre as aves e o homem, tal qual projetaram os autores no prólogo da obra. O homem, por ser um “animal das planícies”, um “bicho de terra tão pequena” não pode, como as aves, alar aos “páramos incomensuráveis”. O texto funciona como crítica à mesquinhez de certos homens, aquele que “debate-se nas planícies, em discussões estéreis”. As crianças, ao estabelecerem a conexão pretendida pelo texto, deveriam ser capazes de observar nas aves ações que pudessem fazer analogia a comportamentos humanos e a partir dela, a crítica aos costumes humanos poderia ser tecida.

O modo pelo qual a obra de Barreto, Morais e Roca deveria ser conduzida indica o pensamento didático norteador de suas ideias. A moralidade existente nos textos deveria ser considerada a título de ensinamento para a vida; o quesito pedagógico da leitura e produção escrita também é elemento importante para a formação dos cidadãos; o senso crítico criado a propósito da leitura – literária ou não – e da análise temática dos textos e ainda a análise dos fatos da vida como elemento de apreciação e reflexão seriam motores essenciais para uma educação plena e eficaz.

Álbum das Crianças

Obra que faz parte da Biblioteca Infantil da livraria Quaresma, e de organização de Figueiredo Pimentel, o *Álbum das Crianças* é uma coleção de poesia. Pimentel buscou coletar poemas infantis a fim de que as crianças aprendessem a recitar e declamar. A proposta da Biblioteca Infantil era a de formar um público leitor que fosse além da escola, mas que ainda assim instruisse e deleitasse. Dessa forma, o *Álbum das Crianças* traz uma série de poemas, muitos com fundos morais, em uma mistura de autores canônicos e desconhecidos. A proposta do ensino moralizante é explicitamente exposta no *Álbum das Crianças*, ficando muitas vezes a

estética literária em segundo plano, para que o ensinamento fosse passado sem prejuízos. A intenção de sua composição, segundo o próprio, era a de enfeixar:

poesias modernas de notáveis poetas, escolhendo aqueles que não só divertissem as crianças, como também lhes incutissem bons e generosos sentimentos, fazendo vibrar nelas o amor dos pais, da família, do lar e da pátria; a simpatia pelos velhos; a compaixão pelos desgraçados; a piedade pelos animais – todas as virtudes de um coração bem formado. (Pimentel. 1959a, p.5)

Há que se considerar que era esta a visão pedagógica em vigor no entresséculos XIX e XX e não de todo esquecida ela está hoje em dia. Entretanto, sob a ótica de muitos educadores, qualquer texto que se entregue à puerilidade deve ter o cuidado de não trazer palavras e temáticas que entrem em discordância com os princípios éticos e morais conservados pela sociedade. Um texto como o seguinte não tem propósito algum senão incutir um comportamento no leitor, a despeito de despertar reflexões ou gozos estéticos:

Dai ao pobre

Dai, minhas filhas!Ao pobre
escolas dai,
Por vosso brasão, mais nobre,
esse tomai.
Enquanto fordes na vida,
esta seja a mais querida
lição de pai (Ibidem, p.63)

Não é necessário desconsiderar, todavia, a seleção de textos realizada por Pimentel. Há registros de poemas excepcionais da língua portuguesa, considerados canônicos sob qualquer ponto de vista, como é o caso do poema *Meus oito anos*, de Casimiro de Abreu, exposto no *Álbum*. Autores do nível de Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Guerra Junqueiro e Artur Azevedo também fazem parte do elenco escolhido por Pimentel. Não exitou Pimentel em registrar poemas de cunho cômico, o que talvez pudesse prender a atenção das crianças, que sempre gostam de ler, ouvir e falar tudo aquilo que possa causar risos. O poema “desditosa” é assinado por Gonçalves Crespo:

Sozinha, e ao desamparo, ela vivia
nesse pobre casebre abandonado...

Não conhecera pai nem mãe... Doía
fitar aquele rosto macerado

Nenhum rapaz esbelto a convidava
para os decantos da festiva aldeia,
e, consigo, a mesquinha suspirava:
– Doce Jesus! Porque nasci tão feia?
Chamou-a Deus, enfim... Quando passava
o singelo caixão, na triste aldeia,
melancólico, o povo murmurava:
– Vai tão bonita, olhai! E era tão feia!... (Ibidem, p.124)

É preciso considerar também a crítica feita por Pimentel a outras obras dos gêneros, as quais ele busca contrapor ao seu *Álbum das Crianças*. Para Pimentel, as antologias criadas para uso das escolas até então eram enfadonhas “pelo seu tom por demais circunspecto, contendo trechos clássicos e arcaicos” (Ibidem, p.5).

Seleta nacional

Em 1883, mesmo ano de publicação da *Seleta em prosa e verso*, de Alfredo Clemente Pinto, surge a *Seleta Nacional*, organizada por Januário dos Santos Sabino Júnior, para uso das escolas primárias e composta “de trechos dos melhores poetas e prosadores nacionais” (Sabino Junior. 1883, p.1). A obra de Sabino Júnior atende a uma necessidade exposta pelo próprio autor no prólogo:

Já tínhamos observado que os compêndios adotados em nossas escolas público-primárias para o ensino de leitura, não tratando dos variados espécimes de prosa ou verso, não abrangiam o seu fim, e para preenchimento desta lacuna preparávamos já uma edição do que há de melhor nos escritores nacionais. (Ibidem, p.5)

A *Seleta* pretende-se útil por apresentar variados espécimes de prosa e verso, o que na época não era comum, mas necessário para “destruir a monotonia causada pelo hábito de ler um só gênero de escritos” (Ibidem). É certo que nos anos posteriores foram publicadas algumas seletas com este fim e o motivo para que isto ocorresse seria o surgimento de um programa de instrução primária que ordenava o ensino de leitura. Com este pretexto, a *Seleta Nacional* busca preencher a então lacuna do ensino primário.

A proposta didática da obra segue exposta no prólogo. Segundo Sabino Júnior, para ser verdadeiramente útil, a obra deveria preencher quatro condições: “1ª – que seja boa a escolha

dos trechos; 2^a – que estejam na altura da compreensão das crianças; 3^a – que abranja todos os poetas e prosadores, ou pelo menos os principais; 4^a – que estabeleça a variedade para evitar o aborrecimento que sempre causa um só assunto e gênero de escritos”. (Ibidem) O compêndio não pretendia-se, assim como os demais do mesmo gênero, servir ao ensino de literatura, e sob esta alegação o autor justifica não classificar os assuntos nem a ordem cronológica dos textos. Para Sabino Júnior, os alunos poderiam “travar conhecimento, se bem que ligeiro, com os mais diretos representantes da literatura nacional” (ibidem, p.6), mas a finalidade da *Seleção* seria fazer com que os alunos adquirissem uma “dicção fácil e correta” (Ibidem).

Os autores escolhidos para integrar a obra de fato são, em sua maioria, até hoje considerados os cânones da literatura no Brasil. Não restringiu-se na obra os textos aos autores contemporâneos, e, portanto, é possível ler textos do barroco Gregório de Mattos, do arcadista Tomás Antonio Gonzaga, do romântico Gonçalves Dias. Não há registros, porém, dos então recentes realistas e naturalistas.

Antologia Nacional

Embora algumas obras tenham sido publicadas a título de seletas para uso das escolas, uma adquiriu maior prestígio, sendo por muitas décadas utilizada nas melhores instituições de ensino. Trata-se da *Antologia Nacional*. Utilizada no Colégio Militar, no Pedro II, na Escola Normal do Distrito Federal e em outras instituições, a antologia selecionou trechos de escritores portugueses e brasileiros, optando por uma estrutura que permitia ao estudante conhecer a história da literatura a partir dos autores, cujas biografias acompanhavam o texto. Os excertos que compunham a obra eram inversamente cronológicos, sob a justificativa de que o estudioso primeiro sabe como fala para depois aprender como se falava; e a temática, como já exposto anteriormente, revelava o desejo de retratar o Brasil, ainda que na letra de escritores portugueses. Não há nela propósitos morais explícitos, mas sim uma forte necessidade de afirmação nacional. Dessa forma, a palavra *Nacional*, que intitula a obra, não parece se referir aos escritores selecionados, mas às temáticas apresentadas: é uma antologia de temas nacionais:

Já não se nos afigura desarrazoado, na escolha dos assuntos, optarmos por

aqueles que entendessem com a nossa terra; e por isso nos sorriu que do Brasil falassem, não somente Rocha Pita, Magalhães ou Alencar, mas ainda o quinhentista João de Barros, o seiscentista Francisco Manuel de Melo e o coevo Latino Coelho. Ouvir da pátria por boca estrangeira e imparcial é sempre delícia para todo coração bem nascido. (Barreto e Laet. 1938, p.8)

Sob a ótica da educação, os autores empenharam-se em reproduzir um grupo de textos que atendessem às necessidades estudantis. Dessa forma, afirma que esmeraram-se “em repelir tudo que não respirasse a honestidade que cumpre manter no ensino, observando, como pais de família e educadores, o máximo respeito que, como disse um romano, todos devemos à puerícia” (Ibidem). Esta “honestidade” aliada aos propósitos nacionalistas que datam do romantismo, são elementos que ajudaram a *Antologia Nacional* a circular nas escolas de maior prestígio durante algumas décadas. Entretanto, a obra não esteve livre do crivo da crítica, especialmente de autores que julgavam inadequada, por exemplo, a restrição a autores brasileiros e portugueses, ou ainda a escolha de autores de épocas antigas, que não refletiam a linguagem e o pensamento contemporâneos. É certo, porém, que a autoridade e o público reconheceram a obra de Carlos de Laet e Fausto Barreto como exemplo de excelência no que havia de seleta de leitura para as escolas.

Estruturalmente, a antologia, além da organização inversamente cronológica, trouxe outros detalhes particulares: apenas na fase contemporânea os autores brasileiros e portugueses foram apartados, sob a justificativa de que somente a partir do século XIX “afastaram as duas literaturas como galhos vicejantes a partirem do mesmo tronco” (Ibidem). Cada autor presente na obra conta com uma biografia escrita por Fausto Barreto. Precedendo os excertos, há explicações gramaticais de autoria de Carlos de Laet. Este é um prenúncio de que a leitura da *Antologia Nacional* segue o propósito de ensinar a boa linguagem a partir dos bons autores e também de analisar os trechos, com base nas explicações gramaticais.

Em relação aos textos, os quais já sabemos serem de autores brasileiros e portugueses, de diversas épocas, e de temática nacional, não são apenas literários. Há textos referentes à história do Brasil e da literatura Brasileira, textos sobre linguagem e personagens históricos, enfim, uma variedade de gêneros e temas, comum nas seletas e antologias da época.

CAPÍTULO VI

LITERATURA INFANTIL AUTORAL

No decorrer da pesquisa, uma vertente de livros de leitura chamou atenção por sua peculiaridade. Ao passo que a maior parte dos livros encontrados ou eram coletâneas de textos ou séries de textos com propósitos majoritariamente éticos, esta vertente tem como característica uma forte relação literária, aliada aos intentos pedagógicos. São livros de contos, poemas, peças teatrais ou mesmo narrativas longas que trazem expectativas estéticas notavelmente promissoras. É a partir delas que pode-se pensar no nascimento da literatura infantil brasileira, sob os nomes de Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida, Coelho Neto, Viriato Correa, entre outros. É de seus livros que trataremos agora.

Bilac e a leitura

Olavo Bilac é um caso a parte no contexto educacional. Sua consciência literária o levava a ter ideias distintas das de seus colegas professores. Contrariando todos os livros de leitura que haviam sido publicados, Bilac une-se a Manuel Bonfim e cria a obra *Através do Brasil*, certo de que são inúteis as corriqueiras obras onde se elencam temas diversos em histórias, sem unidade:

É um erro compor o livro de leitura – livro único – segundo o molde das enciclopédias. Infelizmente esse erro tem se repetido em diversas produções destinadas ao ensino e constituídas por verdadeiros amontados didáticos, sem unidade e sem nexos, através de cujas páginas insípidas se desorienta e perde a inteligência da criança: regras de gramática misturadas com regras de bem viver e regras de aritmética, noções de geografia e apontamentos de zootecnia. (Bilac e Bonfim. 1959, p. 6)

Afastando-se deste molde, ambos compõem uma narrativa na qual apresentam visões sobre o Brasil e assim os professores, a propósito da leitura, ensinariam as lições: “Estamos certos de que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira, - as suas gentes, seus costumes, suas paisagens, os seus aspectos distintivos.” (Ibidem, p.7)

Outras obras surgiram das mãos literárias de Bilac para as crianças, entretanto, uma, já citada neste trabalho, é interessante para entendermos o pensamento de Bilac e Manuel Bonfim, que também assina esta obra. No *Livro de Leitura*, também percebe-se a aversão às compilações de conhecimentos diversos, como as obras de Borges e Carvalho. Selecionando trechos de autores modernos, acreditam estar oferecendo aos estudantes modelos da boa linguagem, para que sejam assimiladas e adotadas por eles. Entretanto, os autores afirmam que o livro também se diferencia das seletas comuns. Acreditam que os textos oferecidos às crianças devam ser modelos da linguagem corrente, cujos processos de elocução sejam usuais. Dessa forma, fazer com que as crianças leiam Veira, Bernardes, João de Deus é mostrar-lhes modelos de elocução que já não são expressos correntemente.

Através do Brasil

Autores em conjunto do *Livro de Leitura*, Olavo Bilac e Manuel Bonfim buscaram aprimorar o ensino de leitura, tendo em vista as novas ideias pedagógicas e orientações em voga. Estas orientações indicavam que as primeiras classes do ensino primário deveriam trabalhar com apenas um livro: o livro de leitura. Segundo os autores, não havia no mercado uma obra que pudesse atender adequadamente a este propósito, tendo em vista que em diversas produções os assuntos eram tratados ao molde de enciclopédias.

Pensando em modificar este cenário, Bilac e Bonfim compuseram uma obra de estrutura inédita no Brasil: o livro seria uma narrativa, única, e não um compêndio montado em assuntos variados ou em pequenas narrativas moralizantes. Assim surgiu *Através do Brasil*, “uma simples narrativa, acompanhada dos cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira” (Ibidem, p.5). Os autores reconhecem que a escola deve ensinar muito mais do que o narrado em *Através do Brasil*, mas afirmam que é impossível que o livro de leitura contenha todo o conhecimento indicados pelos currículos. Dessa forma, recomendam que os professores aproveitem as situações expostas na narrativa em suas lições “a verdadeira enciclopédia do aluno nas classes elementares é o professor” (Ibidem, p.6). Uma lição de língua portuguesa, por exemplo, poderia ser dada, segundo os autores, da seguinte forma:

Imagine-se que se trata da primeira página, e que o professor quer ensinar as primeiras lições de morfologia: nada mais fácil do que, palavras variáveis, distinguindo-as das invariáveis: e a observação deste fato – que certas palavras variam de forma, e outras não – levará naturalmente o aluno a

compreender que a razão de tais variações é a modificação da ideia correspondente. (Ibidem, p.8-9)

As teorias pedagógicas que os autores imprimem à obra lembram ideais em voga hoje em parâmetros e orientações curriculares. O professor, para eles, deveria levar a criança a “pôr em contribuição todas as suas energias e capacidades naturais, de modo a adquirir os conhecimentos mediante um esforço próprio” (Ibidem, p.6). Os métodos de Bilac e Bonfim opõem-se a métodos empregados largamente nas instituições escolares, e é perceptível que sua crítica atinge as famosas séries de leitura de Borges ou Carvalho, entre outros. Este papel descentralizado que o professor recebe ao deixar o aluno adquirir o próprio conhecimento (o professor não deixa de ser a ‘enciclopédia’ para o aluno) é uma forma de levar este aluno a ler e interpretar a narrativa, sendo esta lição, enquanto lição de leitura, certamente mais proveitosa do que lições esparsas ou textos repressivos ou comportamentalistas.

A narrativa de *Através do Brasil* traz como protagonistas duas crianças que viajam pelo Brasil, conhecendo costumes e comportamentos das diversas regiões. A partir do desenvolvimento da história, são expostas situações que podem ser refletidas pelos alunos ou aproveitadas pelo professor e o próprio correr da narrativa já leva o aluno a reconhecer as diferentes paisagens, culturas, alimentos, roupas, etc:

Juvêncio começou a falar das cousas e das gentes do sertão, dos animais, das pessoas que nele vivem. Contou os costumes dos sertanejos, que vivem à custa das roças que cultivam e do gado que criam:

– A terra é muito rica, e nunca nega o sustento a quem sabe tratá-la: dá o milho, o feijão, a mandioca, o algodão, o fumo, a cana; e, além de alimentar os homens, ainda alimenta os bois, os carneiros, as cabras, os cavalos que, bem tratados, são para o criador uma verdadeira fortuna. No tempo das chuvas, há uma fartura geral: o gado engorda, as vacas dão muito leite, com que se fabricam queijos e requeijões. Mas no verão, na época das secas, quando se passam comumente seis e oito meses sem um pingão de chuva, os campos mirram, as plantações morrem, os pastos ficam torrados, os rios e as fontes secam, o gado em grande parte morre de fome e sede, e até os homens, para não morrer, andam, às vezes léguas e léguas, em busca de água. (Ibidem, p.73-74)

Além do conhecimento geográfico, os autores indicam que a narrativa é também uma “grande lição de energia, em lances de afeto” (Ibidem, p.6) e deve ser capaz de “suscitar a coragem, harmonizar os esforços e cultivar a bondade” (Ibidem).

Não é difícil chegar à conclusão de que uma narrativa de aventura pode despertar mais a curiosidade de crianças do que uma série de ensinamentos impostos como obrigações. Ao

entrar em contato com a narrativa, seus personagens, seus cenários, o leitor sente-se induzido a procurar conhecer mais acerca daquilo que lê. E é este o objetivo de Bilac e Bonfim nesta obra: que as crianças, a propósito da leitura, se interessem pelo Brasil e busquem conhecê-lo melhor. O professor, como peça fundamental neste processo, deve também ter conhecimento suficiente para complementar as informações do livro e eventualmente responder às questões dos alunos. Talvez falte hoje em dia uma obra como *Através do Brasil* nos livros didáticos e apostilas utilizados nas classes.

Contos Pátrios

Em 1904, a Francisco Alves publica os *Contos Pátrios*, de autoria de Olavo Bilac e Coelho Neto. A obra, destinada a alunos de escolas primárias, traz a novidade (no Brasil) de ter no título uma alcunha típica da literatura: o conto. Esta auto intitulação torna possível classificar a obra como literatura infantil – se não excluirmos a possibilidade de a literatura ser combinada com a pedagogia. Embora os autores criem seus contos infantis, a obra tem claramente propósitos morais e cívicos, o que se encontra estampado em sua folha de rosto. Até que ponto é possível classificar esta obra como pertencente à literatura brasileira? Primeiramente devemos considerar que o motivo de existência dos *Contos Pátrios* não é a simples leitura, ainda que moralizante. É uma obra didática, feita para as escolas primárias para uma disciplina chamada Moral e Cívica. Entretanto, devido à escassez de textos literários destinados ao público infantil, uma obra assinada por dois autores prestigiados pela comunidade literária dificilmente pode ser ignorada em seus pressupostos estéticos.

Os textos presentes na obra optam pela via da narrativa para inserir um tipo de comportamento, fazendo com que as crianças reconheçam nos personagens e nas histórias situações que podem vir a acontecer com elas mesmas ou com seus próximos. Dessa forma, as crianças poderiam agir como agiriam os personagens ou pensar a partir de suas ações. Em um dos contos, intitulado “O Rato”, a narrativa gira em torno de um menino que precisa ganhar dinheiro para ajudar sua velha mãe doente.

Vivia de esmolas num estreito e úmido quarto de estalagem, onde mal cabiam os móveis: a cama, onde jazia prostrada pela moléstia, uma pequena mesa, duas velhas cadeiras e uma arca. Acompanhava-a o filho, um rapazola de nove anos, sadio e robusto, de uma tal viveza que todos na estalagem não o conheciam senão pela alcunha: o Rato.

Era um dos primeiros que acordavam e, ainda escuro, fazia toda a limpeza do aposento, mudava a água das bilhas, deixava ao alcance da mão da paralítica a cafeteira e o pão, e saía cantarolando. Saía, porque a mãe, julgando-o ainda tenro e fraco para o trabalho e não dispondo de recursos para manter-se, pedira um atestado ao médico que, por misericórdia a tratava, e, entregando-o ao pequeno, dissera: vai e fica à posta das igrejas: e aos que passarem mostra esse papel e pede uma esmola para tua mãe.

(...)

Como a senhora me havia ordenado, fui ficar à porta da igreja. Quando cheguei, já havia lá muitos pobres, uns cegos, outros aleijados, meti-me entre eles e logo começaram as injúrias, porque eu era uma criança sadia e forte que ia para ali vadiar, quando podia estar empregando o meu tempo em alguma cousa útil.

(...)

Foi então que encontrei o Vicente com um maço de jornais, apregoando. Pedi-lhe alguns e, fazendo como ele, fui vendendo, e, com tanta felicidade, que não me ficou um só.

(...)

Hoje ganhei mais que ontem: e estou contente, mamãe, porque ninguém me tomou por vadio. (Bilac e Neto. 1904, p.75/84)

A narrativa é iniciada por uma breve descrição do ambiente onde viviam os personagens e em seguida apresenta-se o personagem “O Rato”. Em seguida, desenrola-se a história e o menino precisa tomar decisões. Uma delas baseia-se na maneira como ganhar dinheiro para cuidar de sua mãe: pedir dinheiro ou vender algum produto. A venda de jornais tornou-se uma solução, pois não tornava o menino um vadio: o dinheiro foi ganho através do trabalho e o menino cuidou de sua mãe doente. Eis os pressupostos morais transmitidos no conto.

Os *Contos Pátrios* assemelham-se da narrativa de *Através do Brasil* pela temática nacional claramente exposta, mas diferenciam-se na abordagem do tema. Enquanto os contos prendem-se mais a inserir comportamentos patrióticos e morais, as aventuras dos irmãos Carlos e Alfredo revelam um Brasil então desconhecido, criando um imaginário nacional composto pelas diversas paisagens e gentes da pátria brasileira. Por fim, os *Contos Pátrios* fazem parte da simbologia de cidadão brasileiro que Bilac e Neto buscavam induzir nas crianças.

Teatro Infantil

A parceria entre Olavo Bilac e Coelho Neto é retomada com a publicação do *Teatro Infantil*, obra que aparentemente não se destina às escolas por excelência. Dizemos isto porque o livro não apresenta, como era comum, nenhum tipo de crivo oficial ou recomendação de autoridades no assunto ou revistas especializadas. É um livro que pretende-se basicamente ser

literatura infantil. Não há prefácios recomendando determinadas ações por professores ou justificando a publicação da obra. Há apenas textos escritos para serem lidos e encenados. É de se supor que os textos de Bilac e Neto contenham as recorrentes mensagens morais, éticas e patrióticas comuns nos textos destinados ao público infantil e juvenil. Um detalhe que chama atenção nos textos teatrais é uma certa inverossimilhança nos diálogos, principalmente porque em geral as histórias são protagonizadas por personagens infantis. Leia-se a primeira cena da peça *O corvo e a raposa*:

Alberto, entrando pela direita: Decididamente não consigo fazer a tal descrição. O professor disse-me que sentisse bem e depois escrevesse, e eu não sinto outra coisa senão preguiça; preguiça e fome. E tu? Sempre fizeste a estopada?

Edmundo, sorrindo: Creio que sim.

Alberto: E então?

Edmundo: O professor julgará!

Alberto: Mostra-me. E eu imagino! Tu tens uma riquíssima veia poética. Hei de sempre lembrar-me daquele admirável soneto que fizeste para o aniversário do professor, que não compreendeu. É um espírito vulgar, vulgaríssimo. Fora das regras gramaticais e das interpretações camonianas, é um penedo.

Edmundo, vaidoso: Lembras-te? Havia uma quadra bem feita...

Alberto: Uma quadra...! Tudo ali era soberbo – quatorze versos que valiam por mil. E o estilo...! E a opulência das rimas...!

Edmundo: Ele achou dois versos quebrados e um duro.

Alberto: Duro é ele! Versos quebrados... Onde há ali versos quebrados? Inveja... Inveja porque a poesia é um dom dos deuses – não se aprende a sentir como se aprende a sintaxe. (Bilac e Neto. s/d, p.11-12)

A utilização de uma linguagem mais rebuscada, distante da linguagem real de crianças talvez seja uma alternativa para aumentar o repertório linguístico das crianças, mas é de se questionar se realmente essa é uma técnica válida em se tratando de uma peça em que as crianças fariam o papel de crianças... O assunto tratado no texto também parece ser um tanto destoante de assuntos comumente infantis; entretanto, é importante reconhecer a tentativa de aumentar o campo de saber das crianças.

A linguagem a ser utilizada em uma obra infantil não é mero detalhe na composição de livros, e sim um instrumento importante a ser considerado. Qual é o principal objetivo? Dar erudição linguística; acostumar e envolver crianças com o ambiente narrativo e literário; instruir a partir de um repertório de conhecimentos? Uma técnica construtiva pode ser a linguagem simples, mais atraente, buscando antes fazer com que as crianças assimilem contextos sociais, possibilidades de comportamento, etc; outra pode ser a linguagem mais rebuscada,

possibilitando o encontro com uma linguagem escrita diferente, nova. Até que ponto, entretanto, esta linguagem rebuscada atingirá seu objetivo frente a seres como as crianças? Bilac e Neto devem ter pensado nestas possibilidades e optaram pela linguagem e temas menos constantes no universo infantil; talvez com o intuito de fornecer novos horizontes às crianças... Terão conseguido?

Era uma vez

Diferindo da visão erudita do *Teatro Infantil*, o livro de contos *Era uma Vez* (1909) traz uma proposta a partir da simplicidade linguística. Seus autores são Viriato Correa, nome de destaque na produção de literatura infantil na primeira metade do século XX e João do Rio, nome de vital importância para a literatura brasileira. *Era Uma Vez*, traz o gênero contos às crianças, sem expressas preocupações didáticas. É um livro de contos infantis que não traz prefácios ou indicações de uso em instituições escolares. As histórias são em geral fábulas e em alguns casos trazem ensinamentos morais a partir da reflexão, por exemplo, de ações de animais personificados. Ao optarem por uma linguagem menos rebuscada e um texto focado na mensagem a ser passada, os autores criam uma obra mais próxima do universo infantil, onde convivem animais falantes e pessoas, situações absurdas e alegóricas, narrativas mais vivas e atraentes. Todas sob a prerrogativa do “era uma vez...”.

Vejamos, a partir de um trecho, como a linguagem simples é aliada a um contexto alegórico de reflexão de atitudes:

Era uma vez um besouro, um pequenino besouro dourado e azul, que aos raios do sol brilhava como uma opala... (...)
 Sonhava um palácio e vivia namorando o palácio do jardim em que nascera. O dia inteiro parava esvoejando pela fachada, estudando-lhe os frisos e os recortes na grande cúpula cor de rosa, admirando e invejando aquela arquitetura opulenta, batida pelo sol (...) Uma vez varou tanto pelos salões e pelos quartos que foi ter à despensa do palácio. Não havia ninguém. Num aparador alvejava uma grande garrafa de cristal. (...) E zumzum foi entrando pelo pescoço adentro até o fundo da garrafa. Lá embaixo havia um líquido qualquer, cor de uro claro. Era resto de um vinho precioso. (...) (Correa e Rio, 1909, p.193/195)

A história continua com besouro passando a viver dentro da garrafa, consumindo o vinho e imaginando estar dentro de um palácio. Quando vinho acaba, o besouro tenta sair pelo gargalo, mas, estando muito maior do que quando entrou, não consegue passar, morrendo

então de fome dentro do seu “palácio”. Por fim, a narrativa traz uma lição:

Quanta gente assim como o besourinho! Cresce tanto, tanto, que, quando quer sair de dentro de sua grandeza, não pode mais e, quando a miséria lhe bate à porta, aquela grandeza é uma prisão.

Quanta gente não morre à fome como o besourinho. (Ibidem, p.197)

À maneira das fábulas, Viriato Correa e João do Rio oferecem seus contos, os quais, ainda que não tenham o propósito de servir às escolas, servem ao propósito pedagógico, próprio de livros infantis. Os contos presentes em *Era uma vez* possivelmente tocam as crianças de uma maneira proveitosa, a partir de narrativas curiosas e atraentes.

Contos infantis em verso e prosa

Em 1891, as irmãs Julia e Adelina Lopes de Almeida servem-se de seus dotes literários e publicam os *Contos Infantis em Verso e Prosa*, obra autorizada pela Inspeção Geral da instrução primária e secundária da Capital Federal do Brasil a ser utilizada nas escolas públicas primárias. Esta é mais uma das obras em que o conceito de literatura infantil é associado a preceitos pedagógicos. O livro é acompanhado de questionários ao fim de cada conto e, assim como os livros de leitura da época, buscava provocar a reflexão das crianças para assuntos morais e éticos, ainda que de forma “singela”.

No prólogo dos *Contos Infantis*, as irmãs preocupam-se em justificar seus textos, compostos por contos em que animais e plantas pensam e falam. Para elas, esta tática aproxima as crianças destes seres, fazendo com que os pequenos os compreendam e amem. Ainda que apresentem ações “não naturais”, as autoras apostam que seus textos aproximam a criança da verdade, pois esta

seguirá, entretida, a história de uma menina pobre; de uns pombinhos mansos; de uma velha engrelhadinha e trêmula; de um burrinho trabalhador; ou de uma mãe carinhosa, - parecendo-lhe ver: na menina pobre, a filha de um vizinho, nos pombos mansos, uns que vão a miúde no seu jardim, e aos quais nunca mais fará mal, na velhinha, a sua avó querida; no burrinho trabalhador e paciente, o pobre burro magro de um carroceiro bruto; e, finalmente, na mãe carinhosa, a sua própria mãe! (Almeida e Almeida. 1910, p.VI)

E este passa a ser o propósito do livro: educar o comportamento infantil. Sabe-se que é

possível recair em erro ao oferecer preceitos morais explicitamente nos contos. Isso pode afastar o interesse da criança que provavelmente vai associar os textos a regras a seguir – e as crianças, ainda que precisem de regras, não gostam de recebê-las. Mas antes de emitirmos julgamento, é preciso ler um trecho da obra e ter em mente que as autoras afirmam: “nosso fito é a educação moral e estética” (Ibidem).

Cegara o velho General, e desde então nada havia que o fizesse sorrir (...)
Tinha só uma filha, viúva, e uma neta (...)

Veio a menina ameigar o avô; beijava-o, passava-lhe pelas longas barbas brancas as mãozinhas mimosas, contava-lhe coisas divertidas (...) e o velho silencioso! Esgotados todos os recursos, tomou a pequenita um livro e pôs-se a ler umas histórias de guerra, umas cenas de campo de batalha e de ambulâncias.

O rosto do infeliz general transformou-se; uma alegria suave espalhou-se pela fisionomia (...)

E então ele via clara, distintamente, tudo o que o livro dizia; voltava ao passado, à juventude, sonhava; saía do presente amargo e doloroso, e pela brandiciosa voz da neta, a um tempo de alegria descuidada e de ardente entusiasmo! Por isso, quando o velho adormecia, tranquilo, esquecido de sua desventura, quase risonho, Valentina dizia contente à mãe:

– Agora é que eu compreendo bem quanto vale à gente saber ler. (Ibidem, p.3-4)

A linguagem adotada no conto revela a preocupação estética em escrever algo que pudesse ser bem assimilado pelas crianças sem precisar utilizar um vocabulário risível ou, de outro modo, complexo demais. O tema, seguindo a linha da moralidade, dos bons costumes, ensina a cuidar dos velhos e a dar importância ao saber ler. Assim, torna-se clara a intenção de “dar à forma e ao estilo simplicidade e correção, naturalidade e sentimento” (Ibidem, p.VI) ao mesmo tempo em que inserem “umas frases bondosas, em que a virtude derrame seu perfume suave” (Ibidem, p.VII).

CAPÍTULO VII

AS COLEÇÕES DE FIGUEIREDO PIMENTEL

Figueiredo Pimentel publicou diversas obras em sua carreira, sendo as mais famosas as *Histórias da Baratinha* (1896), *histórias da Avozinha* (1896) e *Contos da Carochinha* (1894). Os volumes faziam parte da coleção “Biblioteca Infantil”, da Livraria Quaresma, que contava ainda com o volume *Histórias do arco-da-velha*, de Viriato Padilha. O Jornal do Comércio noticiava a coleção como um “excelente trabalho de grande utilidade para as escolas, porque, ao mesmo tempo que deleita as crianças, interessando-as com a narração de contos morais muito bem traçados, lhes desperta os sentimentos do bem, da religião e da caridade, principais elementos, da educação e da infância” (Pimentel, 1959b, p.7-8) Nos textos organizados por Pimentel, o autor resgata histórias da tradição oral, traduz obras da literatura universal e ainda escreve algumas. Sua proposta é a de que os temas morais estejam claramente expostos nos textos. Assim, escreve na dedicatória de *Contos da Carochinha*: “São Histórias para crianças, mas todas têm um fundo moral, muito proveitoso, ensinando que a única felicidade está na Virtude, e que a alegria só vem de uma vida honesta e serena” (Ibidem, p.5). Este mesmo pensamento é levado a outra de suas obras, *Teatrinho Infantil*. Surpreendemo-nos com algumas afirmações que parecem demonstrar um arcaísmo de pensamento nos dias atuais, mas que tendiam a ser aceitos no século XIX e início do XX. Figueiredo Pimentel no *Teatrinho Infantil*, por meio de uma personagem, diz: Não desejo, como Otília, ser uma sábia, porque as mulheres sábias se tornam pedantes em excesso. O reino da mulher é o lar e não as academias, as bibliotecas, os laboratórios” (Idem, 1958, p.154). Por outro lado, já eram denunciadas nas obras de Pimentel os problemas educacionais que atingiam o Brasil: “O problema da educação da infância é o mais complicado de todos os problemas sociais. Ainda há muito a fazer. É preciso que se trabalhe todos os dias, sem cessar, progredindo, melhorando sempre” (Idem, 1959b, p.6).

O serviço prestado por Pimentel ao coligir textos de diversas culturas, inclusive brasileira, e traduzi-los em linguagem compatível com o intelecto infantil foi de grande utilidade para a educação brasileira por muitos anos. Isto explica a sobrevivência de suas obras por praticamente um século: há ainda em livrarias exemplares datados de 1994 de suas obras, pela editora Garnier. Até a década de 1950 havia edições sucessivas das mesmas, ainda pela

livraria Quaresma, tendo os *Contos da Carochinha* chegado nesta década à 25ª edição.

O sucesso da obra de Pimentel se dá pelo fato de as histórias representarem um recolhimento da cultura universal, de contos, fábulas e parábolas que trazem sempre uma lição, uma moral. “As crianças brasileiras, as quais destinamos e dedicamos esta série de livros populares, encontrarão nas histórias da avozinha agradável passatempo, aliado a lições de moralidade, porque tais contos encerram sempre um fundo moral e piedoso” (Idem, 1959c, p.10). Tais lições são consideradas proveitosas por pais e professores por serem didaticamente de fácil apreensão pelas crianças, e também por serem do gênero narrativo, prendendo a atenção dos leitores/ouvintes com maior facilidade.

No volume de *Contos da Carochinha*, estão elencadas histórias tradicionais, que até hoje fazem parte do conhecimento de todos: Branca de neve, A gata borralheira, O gato de botas, Aladim, A bela e a Fera, João e Maria, Chapeuzinho vermelho, entre outras histórias conhecidas do público em geral. Durante o cotejo de textos a serem apresentados, Pimentel julgou que alguns contos tradicionais apresentavam conteúdo imoral. Para desfazer tal conteúdo, foi necessária a adaptação destas obras, ressaltando sempre o ensinamento moral decorrente da narrativa. A escolha de palavras e o sentido do texto eram cuidadosamente trabalhados: “É necessário absoluto cuidado na escolha de livros destinados às crianças. Qualquer vocábulo, qualquer sentido, por maiores que sejam os circunlóquios, nelas desperta grande curiosidade. Toda a simplicidade é pouca – demanda-se a máxima pureza” (Idem, 1959d, p.8).

As lições morais das histórias de tradição oral transcritas ou reescritas por Pimentel chegavam às crianças por frases de efeito ou exemplo de comportamento ou ainda através de metáforas. Trabalho, família, compaixão, prudência e bondade são temas recorrentes nos *Contos da carochinha*. A “moral da história” no conto “Os meninos vadios”, é dada através de uma frase de efeito que resume a história narrada: “Os meninos aproveitavam a lição e reconheceram que o prazer, é bom, mas quando é a recompensa do trabalho” (Idem, 1959b, p.88). Em “Os pêssegos”, a indução a determinado comportamento é feita através da simulação de um episódio: “E tu, Edmundo, que fizeste do teu [pêssego]? Levei- ao filho do nosso vizinho, o pobre Jorge, que está doente na cama, com febre” (Ibidem, p.238). Todo um universo infantil é recriado para determinar o comportamento adequado ou não das crianças. Assim, há sempre um menino ou menina protagonizando as histórias e o confronto de atitudes é por muitas vezes o meio utilizado para separar os “bons meninos” dos “meninos vadios”.

Nas *Histórias da Baratinha*, “setenta esplêndidos contos infantis, dos mais célebres, conhecidos e apreciados (fantásticos, tristes e alegres), todos eles moralíssimos” (Idem, 1959d, p.3) são elencados da mesma maneira como o são nos *Histórias da Baratinha*. Nesta obra, destaca-se a visão acerca do espaço social do homem e da mulher, fato sempre destacado por Pimentel em suas obras. Da mulher, espera-se que seja, mãe, esposa, que seus desejos sejam casar-se, cuidar da casa; do homem, que seja, trabalhador, patriota, aparecendo estes sempre como pescador, sapateiro, mestre, padre. O conto “Santo Antônio casamenteiro” traz como personagem uma mulher em busca de casamento ao passo que em “O pequeno patriota”, um menino recusa esmola de três viajantes que caçom de seu país natal. Esta era ainda uma visão aceita no século XIX, mas também no século XX como um todo, tendo em vista a reedição das obras durante grande parte do século.

Os meus Brinquedos e Teatrinho Infantil

A colocação d’*Os Meus Brinquedos* na categoria de livro de leitura deve ser analisada com cuidado. Ao escrever esta obra, Figueiredo Pimentel classificou os textos em “cantigas para adormecer no berço, variadíssimos brinquedos e divertimentos colegiais, inúmeros jogos de prendas para adultos e crianças”(Idem, s/d, p.3). A obra é composta também por “cenas e comédias próprias para serem representadas por meninos e meninas” (Ibidem). Pimentel dedica-a aos pais (ou melhor, às mães) e professores. Nesse sentido, considerá-la um livro de leitura para crianças pode não ser o mais adequado: é um livro para auxílio aos pais e professores, que cantarão as cantigas para as crianças, ensinarão as brincadeiras e brincarão com os pequenos. O livro, entretanto, pressupõe a leitura feita pelas crianças ao menos em sua quarta parte, o teatro infantil. Nela, há uma sequência de textos destinados à encenação e, conseqüentemente, à leitura a ser realizada pelas crianças. A leitura dos textos teatrais indica maior interatividade do leitor com o texto, já que os personagens serão interpretados por estes mesmos leitores: a leitura torna-se então mais íntima, e a interpretação do texto passa a ser sua condição primeira.

São diversos os motivos que levam um autor de livros infantis a comporem suas obras. Em geral, sob a égide do ensino é que estes motivos se sustentam. Pimentel, de uma maneira um tanto quanto controversa, inclusive ao próprio propósito de qualquer tipo de leitura, argumenta que seu livro tem como objetivo fazer a criança não pensar: “...a criança que brinca

não pensa. O instinto infantil as fará propensas a mentiras, à perversidade, aos maus costumes. Receiem-se as que vivem pelos cantos da casa, tristes, bisonhas, *pensativas*; é sintoma de enfermidade”. (grifo nosso) (Ibidem, p.6) O ato da leitura por si só, e ainda mais por crianças estimuladas a tal, já induz o leitor à reflexão. E toda a coleção de Pimentel corrobora esta afirmação. Leiamos uma pequena peça em um ato, chamada “Ano novo”, que participa de *Os meus brinquedos* e deve ser encenada com três personagens: o Ano velho, o Ano novo e o Tempo:

Ato único – A cena representa um trecho de paisagem. Sobre um monte de folhas secas agoniza um ancião que é o ano velho. Ouvem-se sons de música, em surdina. A cena está às escuras.

CENA I

Ano velho (soerguendo-se a meio, no seu leito de agonia –

Ah! Quem é que, tintilando
O pandeiro da folia
Está aqui perturbando
Minha final agonia?

CENA II

Entra o ano novo, na figura de uma criança, acompanhada pelo Tempo, outro velho de grandes barbas brancas.

Ano Velho, Ano Novo e Tempo:

Sou a Aurora deslumbrante
Que vai surgir sobre a Terra
Ver o dia cintilante,
Ver tudo que o mundo encerra...

Ano Velho (para o Tempo)

E tu?

O Tempo:

O tempo que passa
Além, na celeste altura:
Sou quem semeia a desgraça,
E quem semeia a ventura!

Ano velho (para o ano novo)

Mas... quem és?!... Escuto apenas
Da tua voz a sonata
Como harmonias serenas
De uma doce serenata.

Ano Novo (adiantando-se mais)

Travessa, alegre criança
À alma ingênua do povo
Venho trazer a esperança,
Porquanto sou o ano novo! (ibidem, p.171-173)

Para uma criança, a atividade abstrata de interpretar um outro ser, ainda mais este sendo não outra pessoa, ou criatura com existência concreta, e sim algo abstrato como “Ano Novo”, “Ano Velho” e “Tempo”, certamente provocará a reflexão, e logo, o pensamento. Atuar como se fosse o ano novo requer do leitor/interpretador uma abstração que longe está de simplesmente ser uma brincadeira. As atividades propostas por Pimentel, certamente contribuem significativamente para a construção de um repertório de leitura, de expressão e de conhecimento do mundo. O fato de a obra não ser destinada ao ensino escolar obrigatório, e sim como atividade recreativa contribui também para a criança não encará-la como um dever, e sim como uma brincadeira.

Palavras parecidas podemos atribuir ao *Teatrinho Infantil*, obra que compõe a Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma. Suas páginas são compostas por monólogos, diálogos, cenas cômicas, dramas, comédias, operetas, etc. O objetivo é que as peças sejam representadas por crianças e tem com característica a dispensa de despesas com cenários, vestimentas e caracterização, podendo ser encenadas em qualquer lugar.

Pimentel destaca a simplicidade com a qual escreve seus livros, com o “único fito de divertir, deleitar a infância” (Idem, 1959d, p.5). Destaca também que, sendo uma obra infantil, é necessário que seja moral e didática. Observando a questão didática, Pimentel revela a vantagem de habituar as crianças à representação em público: aprendem a decorar, adquirem desembaraço, sangue-frio e presença de espírito; todas estas palavras de Pimentel.

O autor mostra nesta obra que entende o fato de as crianças, em geral, não gostarem dos livros de leitura; porquanto todos são de leitura obrigatória em sala de aula. Dessa forma, indica que o *Teatrinho Infantil* não deve ser utilizado como lição obrigatória nas classes, mas sim, como uma forma de diversão.

Não é injusto classificar Pimentel como um amante das crianças. Prestou ele um grande serviço ao recolher, traduzir e adaptar muitas histórias, inclusive da tradição oral, para o público infantil, oferecendo uma verdadeira biblioteca infantil, como é o título da coleção que publicou originalmente grande parte de sua bibliografia infantil. Além disso, os textos que compõe suas obras perpassam alguns gêneros textuais importantes, desde o conto e a fábula até a poesia e o teatro, passando pelas cantigas de roda e jogos e prendas. A afirmação presente no prefácio assinado por Olavo Guerra de *Histórias da Baratinha* é ilustrativa da atuação de Figueiredo Pimentel no cenário infantil: “Tudo quanto diz respeito aos pequeninos de hoje me interessa sobremodo. São os cidadãos de amanhã, são as futuras mães e esposas.

Neles a pátria confia, e deles tudo espera.” (Pimentel, 1959d, p.4/5)

CAPÍTULO VIII

CÂNONE E GÊNERO LITERÁRIO

Grande é o número de autores e textos presentes nas obras destinadas ao ensino de leitura, sobretudo nas coletâneas. Há autores recorrentes e gêneros mais ou menos prestigiados estampados nas páginas dos livros. Este capítulo, final da pesquisa, tem como objetivo demonstrar quais autores podemos chamar de cânone escolar e quais os gêneros mais privilegiados dentro deste contexto educacional.

Em geral, as coletâneas ou seletas destinam-se a elencar uma série de textos considerados competentes, dignos de imitação e apreciação. Quando mais de um colecionador escolhe um escritor específico, é sinal de que este escritor está autorizado por mais de uma autoridade a servir de modelo elocucional. Assim, surge o cânone escolar, ao menos do ponto de vista do professor.

Percebemos ao longo da pesquisa a presença recorrente de alguns autores. Casimiro de Abreu é um deles; seu poema “Meus oito anos” está presente em livros de Figueiredo Pimentel e Abílio Cesar Borges. De Casimiro também são encontrados “Um prólogo”, “Minha Mãe”, “Berço e túmulo”, e “Deus”. Alberto de Oliveira é outro autor requisitado, assim como seus companheiros parnasianos Raimundo Correia e Olavo Bilac. Oliveira é possível ler em *Festa das Aves*, *Seleta Vários Estilos*, *Álbum das Crianças*, *Quarto e Quinto Livro de Leitura* (de Borges), *Livro de Leitura* e *Seleta em prosa e verso*; Correia está em *Livro de Leitura*, *Seleta em prosa e verso*, *Seleta Vários Estilos*, *Festa das Aves*, *Leituras Morais*, *Álbum das Crianças*, *Antologia Nacional* e *Quarto Livro de Leitura* (Borges); e Bilac está em *Livro de Leitura* (dele mesmo), na *Seleta em Prosa e Verso*, *Seleta Vários Estilos*, *Festa das Aves*, e na *Histórias de Meninos na Rua e na Rscola*. José de Alencar, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães são outros nomes bastante lembrados. Nos gêneros informativos, é possível ler Silvio Romero em diversas obras. Quanto aos escritores portugueses, é comum a presença de textos de Alexandre Herculano, A. F. de Castilho, Eça de Queiroz e Vieira – textos destes podem ser encontrados em grande parte das seletas e séries de leitura. Vejamos, quantitativamente, os principais autores presentes nas obras:

<i>Autor</i>	<i>Obras</i>	<i>Total de textos</i>
A F de Castilho	Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Álbum das Crianças, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura	20
Afonso Celso	Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Álbum das Crianças, Leituras Morais	12
Alberto de Oliveira	Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Álbum das Crianças, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura	17
Alexandre Herculano	Seleta de Autores Modernos, Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura	16
Almeida Garret	Seleta de Autores Modernos, Livro de Leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Antologia Nacional, Histórias que a Mamãe Contava	7
Bocage	Seleta em Prosa e verso, Festa das Aves, Antologia Nacional, Leituras Populares, Quarto Livro de Leitura,	7
Camilo Castelo Branco	Livro de Leitura, Seleta Vários Estilos, Antologia Nacional e Quarto Livro de Leitura	8
Casimiro de Abreu	Seleta de Autores Modernos, Álbum das Crianças, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura, Quinto Livro de Leitura	9
Castro Alves	Seleta de Autores Modernos, Livro de Leitura, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura e Histórias que a Mamãe Contava	7
Coelho Netto	Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos,	15
Eça de Queiroz	Livro de Leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos e Antologia Nacional	16
Fagundes Varella	Seleta de Autores Modernos, Livro de Leitura, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Seleta Nacional e Antologia Nacional	9
Filinto Elycio	Seleta Vários Estilos, Antologia Nacional, Leituras Populares e Quarto Livro de Leitura	10
Gonçalves Magalhães	de Seleta de Autores Modernos, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Nacional, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura	11

Gonçalves Dias	Seleta de Autores Modernos, Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura e Histórias que a Mamãe Contava	11
João de Deus	Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Álbum das Crianças, Antologia Nacional, Histórias que a Mamãe Contava, Histórias de Meninos na Rua e na Escola, Histórias de Crianças e Animais, Leituras Morais	19
José de Alencar	Seleta de Autores Modernos, Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura	15
Machado de Assis	Seleta de Autores Modernos, Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Seleta Nacional, Antologia Nacional.	22
Olavo Bilac	Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Histórias de Meninos na Rua e na Escola	16
P. Antônio Vieira	Seleta em Prosa e verso, Seleta Vários Estilos, Antologia Nacional, Quinto Livro de Leitura	26
P. Manuel Bernardes	Seleta em Prosa e verso, Seleta Vários Estilos e Antologia Nacional	12
Raimundo Correia	Livro de leitura, Seleta em Prosa e Verso, Seleta Vários Estilos, Festa das Aves, Álbum das Crianças, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura e Leituras Morais	15
Ramalho Ortigão	Livro de Leitura, Seleta em Prosa e Verso e Seleta Vários Estilos	8
Raul Pompeia	Livro de Leitura e Antologia Nacional	8
Ruy Barbosa	Livro de Leitura e Seleta Vários Estilos	7
Sílvio Romero	Seleta de Autores Modernos, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quinto Livro de Leitura e Histórias de Crianças e Animais	7
Tomás Antônio Gonzaga	Seleta de Autores Modernos, Seleta Nacional, Antologia Nacional, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura	11
Zalina Rolim	Festa das Aves e Leituras Morais	10

No que tange a questão dos gêneros textuais, a escolha varia mais de obra para obra do que de autor para autor. Nas séries de leitura, por exemplo, contos, poemas e textos informativos são mais recorrentes. Contos são mais ilustrativos, partindo da ação como modo de influenciar comportamentos. Os poemas adquirem objetivos estéticos pelas rimas e métricas ao mesmo tempo em que está aliada à ética, em geral, cristã e patriótica. Os textos informativos servem a o pretexto de instruir, de apresentar conhecimentos gerais aos alunos, desde aspectos históricos a científicos. Nas leituras morais prevalece gênero conto, possibilitando um texto curto e narrativo onde a preocupação maior é oferecer modelos de comportamento.

Nas coletâneas e seletas prevalece a variedade: cartas, biografias, teatro, discursos; descrições, narrações, argumentações, etc. O intuito é iniciar os gêneros com os quais os alunos poderiam lidar no cotidiano, e fazer com que saibam como se expressar adequadamente dentro dos contextos.

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa realizada junto a Biblioteca Nacional, deparamo-nos com alguns estudos relacionados aos livros escolares de ensino de leitura no século XIX e XX. Muitos destes foram essenciais para o acúmulo de conhecimento e para a busca de informações que aqui se mostrou. Não era de nosso fito pormenorizar as ações dos principais autores aqui elencados e isto não se faria necessário, tendo em vista que a maioria deles dispõe de algum estudo em especializações, mestrados ou mesmo doutorados. Também encontramos, em idas a bibliotecas, livros que se detinham em expor as principais obras dos gêneros, a saber, *Literatura Infantil Brasileira*, de Leonardo Arroyo, e o *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*, de Nelly Novaes Coelho. A questão levantada no decorrer dos trabalhos era, então, que tipo de contribuição poderíamos trazer a este tipo de estudo?

Durante a leitura dos compêndios de leitura, chegamos à conclusão de que todos fazem parte do acervo cultural brasileiro, preservando textos e autores, muitos já esquecidos atualmente. Trazer para o século XXI pelo menos parte dos pensamentos dos autores destas obras didáticas, dos autores e textos então lidos, pareceu-nos razoável razão para dar seguimento às atividades. Uma obra tão interessante como a *Festa das Aves*, por exemplo, poderia funcionar ainda nos dias de hoje, se adaptada os contextos atuais. Os contos e fábulas presentes nos livros de Figueiredo Pimentel ainda divertem a infância. Uma narrativa do nível de *Através do Brasil* ainda guarda conhecimentos importantes para a sociedade. Deste modo, reconhecemos como atributo da nossa pesquisa o reencontro com obras esquecidas, as quais ainda podem inspirar os escritores e professores brasileiros de hoje na produção de suas obras. É claro que, para que este objetivo seja alcançado, é necessário que não se encerrem aqui os trabalhos iniciados nesta pesquisa. Futuramente, estudos mais detidos em determinadas obras poderão surgir e é de nossa vontade que isto ocorra.

Por fim, esperamos que este trabalho possa ao menos servir de complemento aos já existentes estudos da memória de leitura do Brasil, e que, a partir dele, outros estudos possam vir a surgir, não apenas com o objetivo de rever antigos textos, mas sim de fazer com que o legado deixado por eles possa servir de inspiração às práticas de ensino de leitura no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adelina Lopes de e ALMEIDA, Julia Lopes de. *Contos Infantis em verso e Prosa*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1910.
- ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. *Leituras Populares, Instrutivas e Morais*. Lisboa: Rolland e Semioud, 1871.
- ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BARRETO, Arnaldo de Oliveira; MORAES, Theodoro de; ROCA, Ramon. *Festa das Aves*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1911.
- BARRETO, Arnaldo de Oliveira. *Leituras Morais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- _____. *Seleta Vários Estilos*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916.
- BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.
- BILAC, Olavo e BONFIM, Manuel. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: P. De Azevedo, 1959.
- _____. *Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.
- BILAC, Olavo e NETO, Coelho. *Contos Pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.
- _____. *Teatro Infantil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d)
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios de leitura (1810-1910). In: *Educação e Pesquisa* .vol.30, no.3.São Paulo: USP, Set./Dez. 2004
- BORGES, Abilio Cesar. *Primeiro Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d.
- _____. *Terceiro Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890a.
- _____. *Quarto Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890b.
- _____. *Quinto Livro de Leitura*. Bruxelas: E. Guyot, 1894.
- CARVALHO, Felisberto de. *Primeiro Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1959a.
- _____. *Segundo Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1959b.
- _____. *Terceiro Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, s/d.
- _____. *Quarto Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910a.
- _____. *Quinto Livro de Leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910b.
- _____. *Seleta de Autores Modernos*. Rio de Janeiro: Tipografia da

Escola de S.J. Alves, 1880.

CORREA, Viriato e Rio, João do. *Era uma vez*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

KOPKE, João. *História de Crianças e de Animais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958a.

_____. *História de Meninos da Rua e na Escola*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

_____. *Histórias que a Mamãe Contava*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958b.

LOURENÇO FILHO, M.B. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paul: Melhoramentos, 1966.

PIMENTEL, Figueiredo. *Álbum das Crianças*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1959a.

_____. *Contos da Carochinha*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1959b.

_____. *Histórias da Avozinha*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1959c.

_____. *Histórias da Baratinha*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1959d.

_____. *Teatrinho Infantil*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1958.

_____. *Os Meus Brinquedos*. Rio de Janeiro: Quaresma, s/d.

PINTO, Alfredo Clemente. *Seleta em Prosa e Verso*. Porto Alegre: Selbach & Mayer, 1909.

SABINO JUNIOR, Januário dos Santos. *Seleta Nacional*. Rio de Janeiro: J. G. De Azevedo, 1883.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do breve século XIX brasileiro. In.: *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das letras, 1998.

VIANA, Francisco Furtado Mendes. *Primeiro Livro de Leituras Infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.

_____. *Histórias Para Pequeninos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura literária e outras leituras*. In.: Gragoatá: Revista do Instituto de Letras. Niterói: EDUFF, 1996. p.143-157.

_____. *No começo, a leitura*. In.: Em Aberto, ano 16, n.19. Brasília: 1996. p.16-29.